



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROJETO PEDAGÓGICO**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2014

REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Ulrika Arns

PRÓ-REITOR ACADÊMICO

Prof. Dr. Almir Barros da Silva Santos Neto

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Elena Maria Billig Mello

DIRETORA DO *CAMPUS* SANTANA DO LIVRAMENTO

Prof^a. Dr^a. Daniela Vanila Nakalski Benetti

COORDENADOR DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Prof. Dr. Eduardo Angeli

DOCENTES DO *CAMPUS* SANTANA DO LIVRAMENTO

Msc. Alcívio Vargas Neto

Dr^a. Ana Monteiro Costa

Msc. Ana Luisa de Souza Soares

Dr^a. Anna Carletti

Dr. Avelar Batista Fortunato

Msc. Camila Furlan da Costa

Msc. Carina Cipolat

Msc. Carlos Hernán Rodas Céspedes

Msc. César Augustus Techemayer

Dr^a. Carolina Freddo Fleck

Msc. Cristian Wittmann

Dr^a. Daniela Vanila Nakaslki Benetti

Dr. Eduardo Angeli

Esp. Elvira Prestes Cardozo Alves

Msc. Everton da Silveira Farias

Msc. Fabiane Tubino Garcia

Dr. Fábio Régio Bento

Msc. Flávio Augusto Lira Nascimento

Msc. Gleicy Denise Vasques Moreira Santos

Dr. Gustavo de Oliveira Aggio

Msc. Hector Cury Soares

Dr. Humberto José da Rocha

Msc. Jamur Johnas Marchi

Msc. Jeferson Luís Lopes Goularte

Dr. João Garibaldi Almeida Viana

Bel. Juordan Sardi Schütz

Dr^a. Kalinca Léia Becker

Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi

Dr^a. Kathiane Benedetti Corso

Msc. Luiz Edgar Araújo Lima

Msc. Margarete Leniza Lopez Gonçalves

Dr^a. Marta Olivia Rovedder de Oliveira

Msc. Mauro Barcellos Sopena

Msc. Nathaly Silva Xavier Schütz

Msc. Patricia Eveline dos Santos Roncato

Msc. Paulo Vanderlei Cassanego Junior

Msc. Rafael Balardin

Dr. Rafael Camargo Ferraz

Msc. Rafael Vitória Schmidt

Dr. Renato José da Costa

Dr. Ricardo Severo

Msc. Rodrigo Alexandre Benetti

Bel. Rodrigo Gisler Maciel

Msc. Rossana Veiga do Canto

Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão

Msc. Silvia Amelia Mendonça Flores

Msc. Thadeu José Francisco Ramos

Msc. Tiago Zardin Patias

Msc. Vanessa Rabelo Dutra

Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Dr. Wilson Vieira

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.1. UNIPAMPA	9
1.1.1. Perfil do egresso da UNIPAMPA	14
1.1.2. <i>Campus</i> Santana do Livramento.....	14
1.2. REALIDADE REGIONAL.....	15
1.3. JUSTIFICATIVA.....	19
1.4. LEGISLAÇÃO.....	21
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	23
2.1. CONCEPÇÃO DE CURSO	23
2.1.1. Contextualização/concepção pedagógica do curso/perfil do curso	23
2.1.2. Objetivos.....	25
2.1.2.1. Objetivo geral	25
2.1.2.2. Objetivos específicos.....	25
2.1.3. Perfil do egresso do curso de Ciências Econômicas.....	25
2.2. DADOS DO CURSO	26
2.2.1. Administração acadêmica	26
2.2.2. Funcionamento	28
2.2.3. Formas de Ingresso.....	30
2.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	34
2.3.1. Integralização curricular	35
2.3.1.1. Atividades complementares de graduação.....	36
2.3.1.2. Trabalhos de conclusão de curso	37
2.3.1.3. Plano de integralização da carga horária do curso	38
2.3.2. Metodologias de ensino e avaliação	38
2.3.3. Matriz curricular	42
2.3.4. Ementário	47
2.3.5. Flexibilização curricular	74
3. RECURSOS	75
3.1. CORPO DOCENTE	75
3.2. CORPO DISCENTE	77
3.3. INFRAESTRUTURA.....	79
4. AVALIAÇÃO.....	81
REFERÊNCIAS	85

ANEXO I.....87
ANEXO II91

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas da UNIPAMPA – *campus* Santana do Livramento – é uma construção a partir da demanda de todos os segmentos da comunidade acadêmica, tendo o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como o elaborador da presente proposta, em conjunto com a Comissão do Curso de Economia, com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a coordenação acadêmica e a direção. É importante destacar que o presente Projeto Pedagógico de Curso está em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PI) da UNIPAMPA. Assim, como pontua Veiga (2004, p. 17): “Não existe um projeto de curso de modo isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade”. Deste modo, não reflete somente os anseios e as concepções de um número restrito de professores e alunos, mas a proposta do *campus* e da Instituição. Este documento busca estar em sintonia com a autonomia, participação e descentralização do processo educativo mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Nessa perspectiva, o projeto pedagógico de curso visa melhorar a qualidade da educação, colocando-se em função da pessoa, da cidadania e do trabalho, da forma como entendida por Veiga (2004).

Para cumprir tais objetivos, concebe-se que o PPC não é um documento meramente burocrático, à medida que revela a intencionalidade, os objetivos educacionais, profissionais, sociais e culturais e os rumos do curso. Demonstra a reflexão que se desenvolveu sobre as ações e as formas de intervir na realidade, além de procurar manter uma profunda coesão interna e ao mesmo tempo atender às normativas institucionais governamentais. Assim, define as concepções pedagógicas e as orientações metodológicas e estratégicas para o ensino e para a aprendizagem e sua avaliação, para o currículo e a estrutura acadêmica do seu funcionamento.

Nesse sentido, a presente construção aborda um conjunto de alternativas para registrar o perfil desejado do egresso, para definir um percurso, um rumo e caminhos que o coletivo do curso pretende construir. Portanto, o PPC é um:

[...] instrumento de ação política [que] deve estar sintonizado com uma nova visão de mundo, expressa no paradigma emergente de ciência e de educação, a fim de garantir uma formação global e crítica para os envolvidos nesse processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal (VEIGA, 2004, p. 16).

O trabalho foi realizado a partir de um planejamento coletivo, flexível, questionando e

refletindo sobre o tipo de egresso que se pretende formar, os meios dispostos e necessários para tal, ponderando a sua inserção enquanto cidadão na sociedade e o papel que corresponde à UNIPAMPA nesta formação. Assim, em função desta realidade, o PPC de Ciências Econômicas foi elaborado para que o curso fosse iniciado em março de 2010. Porém, sabe-se que esse processo não é estanque e com o mesmo esmero com que foi conduzida a construção do presente projeto, buscar-se-á a contínua reflexão dos processos político pedagógico nele constantes, procurando a qualidade do curso e da Educação Superior. Nesse sentido, entende-se que alterações e atualizações têm ocorrido e ainda poderão ocorrer futuramente.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior que vem sendo promovida pelo governo federal. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma instituição federal de ensino superior. Em 22 de Novembro de 2005, essa reivindicação foi atendida mediante o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade.

O consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. A instituição, com formato *multicampi*, estabeleceu-se em dez cidades do Rio Grande do Sul, com a Reitoria localizada em Bagé, à Rua General Osório, nº 900, Centro - CEP 96400-100. Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguai e São Gabriel e, à UFPEL, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. A estrutura delineada se estabelece procurando articular as funções da Reitoria e dos *campi*, com a finalidade de facilitar a descentralização e a integração dos mesmos. As instituições tutoras foram também responsáveis pela criação dos primeiros cursos da UNIPAMPA.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPEL e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. E, em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640, cria a Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2009).

Foram criados grupos de trabalho, grupos assessores, comitês ou comissões para tratar de temas relevantes para a constituição da nova universidade. Entre eles estão as políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de assistência estudantil, de planejamento e avaliação, o plano de desenvolvimento institucional, o desenvolvimento de pessoal, as obras, as normas acadêmicas, a matriz para a distribuição de recursos, as matrizes de alocação de vagas de pessoal docente e técnico-administrativo em educação, os concursos públicos e os programas de bolsas. Em todos esses grupos foi contemplada a participação de representantes dos dez *campi*.

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer: a) Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade. b) Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas. c) Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Neste sentido,

a política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

1. Formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;
2. Educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis;
3. Qualidade acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações teoria e prática, conhecimento e ética e compromisso com os interesses públicos;
4. Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
5. Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
6. Equidade de condições para acesso e continuidade dos estudos na Universidade;
7. Reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo;
8. Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
9. Coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação;
10. Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

A concepção de pesquisa na UNIPAMPA está voltada para a construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Para fortalecer a prática de pesquisa, em particular na forma de iniciação científica, há o permanente estímulo à busca de financiamento através da inscrição em editais de agências como CAPES e FAPERGS, além do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), uma ação conjunta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, da Pró-Reitoria de Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e da Pró-Reitoria de Extensão da UNIPAMPA. Os seguintes princípios orientam as políticas de pesquisa:

1. Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
2. Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
3. Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade e o intercâmbio de conhecimentos, adotam-se os seguintes princípios específicos, conforme a resolução 47/2012 do Conselho Universitário:

1. Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

2. Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de troca de saberes. A extensão na UNIPAMPA deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da universidade.

3. Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os *campi* e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos.

4. Indissociabilidade com ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente.

Atualmente são ofertados na instituição 63 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.120 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 50% delas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas. A Universidade conta com um corpo de servidores composto por 667 docentes e 558 técnicos-administrativos em educação que proporcionam suporte para atender os discentes que podem realizar os seguintes cursos, ofertados nos 10 *campi* da UNIPAMPA:

- *Campus* Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia Software e Engenharia de Telecomunicações;

- *Campus* Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura em Letras Línguas

Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas e licenciatura em Música;

- *Campus* Caçapava do Sul: Geofísica, Licenciatura em Ciências Exatas, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;

- *Campus* Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio e Licenciatura em Ciências da Natureza;

- *Campus* Itaquí: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Licenciatura em Matemática e Engenharia de Agrimensura;

- *Campus* Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); Licenciatura em História, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Produção e Política Cultural;

- *Campus* Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;

- *Campus* São Borja: Cursos de Comunicação Social – Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda; Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Licenciatura em Música;

- *Campus* São Gabriel: Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;

- *Campus* Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Licenciatura em Ciências da Natureza, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Licenciatura em Educação Física e Fisioterapia.

A oferta desses cursos contempla, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo assim para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao ensino superior.

Além disso, a instituição busca avançar na oferta de cursos de pós-graduação, em nível de doutorado, mestrado e especialização. Deve-se ressaltar que a existência de tais cursos pode ser compreendida como um elemento a estimular a permanência dos acadêmicos na Universidade, na medida em que consigam vislumbrar a continuidade de seus estudos após a conclusão da graduação. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento oito Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. São eles: Doutorado em Bioquímica, Mestrado em Ciência Animal e Mestrado em Ciências Farmacêuticas (*campus* Uruguaiana); Mestrado em Ciências Biológicas (*campus* São Gabriel); Mestrado em Bioquímica (*campus* Uruguaiana); Mestrado em Engenharia (*campus* Alegrete); Mestrado em Engenharia Elétrica (*campus* Alegrete); Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (*campus* Bagé); Mestrado Profissional em Educação (*campus* Jaguarão). Além dos cursos de graduação e pós-graduação

stricto sensu, a Universidade possui, em andamento, os seguintes cursos de Especialização: Especialização em Tecnologia no Ensino de Matemática, Especialização em Engenharia Econômica e Especialização de Práticas em Ensino de Física (*campus* Alegrete); Especialização em Letras e Linguagens, Especialização em Leitura e Escrita e Especialização em Sistemas Distribuídos com Ênfase em Banco de Dados (*campus* Bagé); Especialização em Produção Animal (*campus* Dom Pedrito); Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira (*campus* Santana do Livramento); Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intra-familiar, Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio (*campus* São Borja); Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade (*campus* São Gabriel); Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras (*campus* Jaguarão); Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Especialização em Ciências da Saúde, Especialização em Educação em Ciências, Especialização em Enfermagem na Saúde da Mulher, Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (*campus* Uruguaiana).

1.1.1. Perfil do egresso da UNIPAMPA

O perfil do egresso da UNIPAMPA procura guiar não somente a formação técnica de excelência, mas manter uma preocupação com a formação humanista, despertando em seus formandos o compromisso com o contexto no qual estão inseridos. Este compromisso pode ser verificado no Plano Institucional da Universidade:

A UNIPAMPA, como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e de inseri-los em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (PI, 2009).

1.1.2. *Campus* Santana do Livramento

O *campus* de Santana do Livramento (RS), onde foi implantado o curso de Ciências Econômicas, localiza-se na zona de fronteira entre Brasil/Uruguai (Figura 1). O município tem como limites geográficos as cidades de Rosário do Sul, ao norte; Dom Pedrito, a leste; Quaraí, a oeste; e ao sul, em divisa seca (uma rua urbana) a cidade de Rivera, capital do Departamento de mesmo nome, da República Oriental do Uruguai.

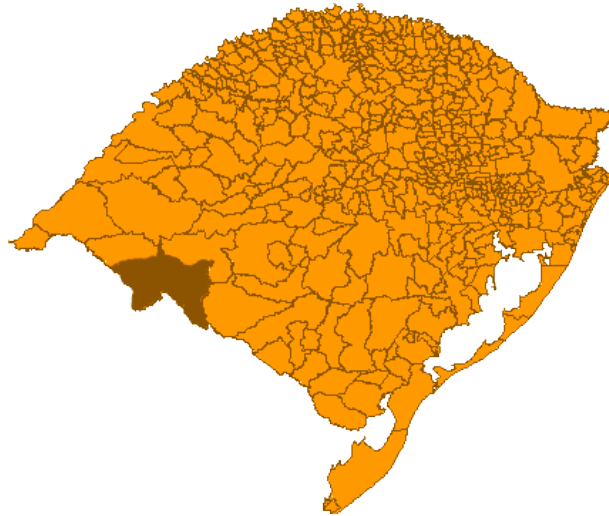


Figura 1: Localização do município de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.

A UNIPAMPA, em Santana do Livramento, está sediada em um prédio próprio, situado à Rua Barão do Triunfo, nº 1048, com uma área construída de 4.214,00m², em um terreno de superfície de 5.529,17m². O prédio conta com salas de aula, 02 auditórios (para 350 pessoas e 200 pessoas), laboratórios, biblioteca e espaços para os setores administrativos. Conta ainda, com um ginásio de esportes com área construída de 1.283,40m². As atividades acadêmicas do *campus* tiveram início em outubro de 2006. Na ocasião, o *campus* contava com 7 docentes, 11 técnicos administrativos e 100 alunos. Em março de 2012, o *campus* contava com um corpo docente formado por 45 professores com regime de Dedicção Exclusiva, sendo 11 doutores e 34 mestres, corpo técnico-administrativo com 22 servidores e corpo discente com 893 alunos.

Atualmente, além do curso de Ciências Econômicas, o *campus* conta com os cursos de Administração (primeiro a ser implantado, nos turnos diurno e noturno), Tecnologia em Gestão Pública (noturno) e Relações Internacionais (diurno). Tendo em vista a afinidade entre os cursos, a proposta curricular que está sendo construída prevê interligação entre eles, permitindo, com isso, que o desenvolvimento das atividades ocorra interdisciplinarmente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, de acordo com o PI (2009), a UNIPAMPA exercerá seu compromisso com o seu contexto regional através de suas atividades educacionais.

1.2. REALIDADE REGIONAL

De acordo com o Ministério da Integração, “a denominada Mesorregião da Metade Sul

do Rio Grande do Sul é um território de aproximadamente 150.000 km², com 104 municípios fazendo fronteira com o Uruguai e a Argentina” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008). Espaço de inserção da UNIPAMPA, a Metade Sul do Rio Grande do Sul abarca dois COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento, regiões geopolíticas do estado do Rio Grande do Sul): a Região Fronteira Oeste (com 13 municípios) e a Região da Campanha (com 7 municípios).

A história do Rio Grande do Sul já contou com esta região como sustentáculo da economia de todo o estado. Grandes movimentos políticos e econômicos surgiram neste espaço de grandes lavras de terra e de grande potencialidade agropecuária. No entanto, o mesmo modelo que garantiu a pujança regional é a causa do atraso social e econômico estabelecido contemporaneamente. O modelo da pecuária extensiva, da monocultura, do latifúndio, acompanhado de uma industrialização dependente do capital ou do mercado externo, perde espaço com a mudança da fronteira agrícola e com o acirramento das condições competitivas impostas pelo processo de abertura da economia.

A dualidade socioeconômica Sul-Norte no estado singulariza a situação da Metade Sul, impondo grandes desafios para a superação dos condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento: o Norte mais desenvolvido (com base na indústria metal-mecânica e na agricultura ostensiva) se contrapõe ao Sul em desenvolvimento (baseado numa estrutura produtiva dependente dos setores primário e de serviços). Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual: baixo investimento público *per capita*, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; a distância dos polos desenvolvidos do estado, que prejudicam a competitividade, a atração de benefícios, dentre outros. Essa realidade econômica vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde (UNIPAMPA, 2009, p. 6).

Desse modo, enfatiza-se que a Metade Sul do RS perdeu espaço no cenário do agronegócio nacional pelo avanço da fronteira agrícola em direção aos importantes centros consumidores, pela distância geográfica que causa limites na logística de distribuição e pela demora no avanço sobre os elos de industrialização dos complexos agroindustriais, cuja matéria-prima é produzida regionalmente. Isso contribui para compor o cenário de subdesenvolvimento econômico regional. Aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico regional tendem a contribuir para a resistência na adoção de novas tecnologias e para a limitação no avanço de cadeias agroindustriais coordenadas (a cadeia da carne bovina

sistematicamente sofre de falta de coordenação).

Nesse sentido, o processo de recuperação da região considera sua localização como elemento fundamental, haja vista ela encontrar-se perfeitamente integrada aos demais estados do MERCOSUL. Ainda, tomando por base a proposta dos últimos governos federais de privilegiar as relações com os Estados latino-americanos, mais uma vez a região assume ares de destaque e papel diferenciado. Tais potencialidades foram detectadas pelos membros da comunidade acadêmica durante o estudo realizado na construção do PI, em que, além de verificarem essas características relacionadas à posição geográfica, também perceberam a recuperação do potencial no desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande, na abundância de terras, nos exemplos de excelência na produção agropecuária, nas reservas minerais e na existência de significativas instituições de ensino e pesquisa (PI, 2009), ou seja, diferenciais altamente positivos.

Inserida nesse contexto regional, Santana do Livramento é uma cidade fronteiriça, situada no extremo sul gaúcho, na fronteira Brasil/Uruguai – a chamada “Fronteira da Paz”. Referindo-se diretamente à cidade onde se localiza o *campus* Santana do Livramento, Gutierrez-Bottaro (2002, s/n) afirma:

Las ciudades fronterizas de Rivera y Santana do Livramento tienen, en conjunto, una población de 189.000 habitantes. Una característica muy peculiar de esta frontera es que no existe ningún obstáculo geográfico que separe a las ciudades. Están separadas (o unidas) solamente por una calle y por una plaza denominada ‘Parque Internacional’.

Seguindo informações disponibilizadas por Gutierrez-Bottaro (2002), e utilizando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este grupamento populacional pode ser considerado uma das 10 maiores cidades do estado do Rio Grande do Sul e entre as 5 maiores do Uruguai, entre os anos de 2005 e 2010.

O quadro 1 abaixo sintetiza alguns indicadores socioeconômicos da cidade de Santana do Livramento e do Estado do Rio Grande do Sul:

Quadro 1: Indicadores Socioeconômicos de Santana do Livramento e do Rio Grande do Sul

Indicador	Santana do Livramento	Rio Grande do Sul
PIB <i>per capita</i>	R\$ 12.241,	R\$ 26.142
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais	4,23 %	4,53 %
IDHM	0,727	0,746
IDHM – Renda	0,715	0,769
IDHM – Longevidade	0,846	0,840
IDHM – Educação	0,636	0,642

Fontes: PIB *per capita* e taxa de analfabetismo estão disponíveis na página da Fundação de Economia e Estatística (<http://www.fee.tche.br>); o IDHM e seus componentes estão disponíveis na página do atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (<http://atlasbrasil.org.br>)

Seguindo as informações do Ministério da Integração (2006), existe um esforço local para buscar alternativas que possam desencadear um novo ciclo de desenvolvimento, para superar a estagnação econômica que persiste por duas décadas. Este esforço passa por vários atores locais e regionais e vem contando, também, com o suporte do governo federal, dentro da sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Nesse sentido, o contexto de ensino médio regional, sob responsabilidade da 19ª Coordenadoria Regional de Educação (abarcando os municípios de Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel) reflete uma demanda de jovens egressos do ensino médio em 34 escolas, sendo 25 estaduais e 9 particulares¹, totalizando aproximadamente mil alunos egressos por ano.

As condições econômicas da cidade e região corroboram esses números, ao identificar-se que a maioria desses egressos é proveniente de escolas públicas. Em relação ao ensino superior ofertado, em Santana do Livramento existem, além da Universidade Federal do Pampa, um *campus* da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, estadual), um *campus* da Universidade da Região da Campanha (URCAMP, privada) e os polos de Educação à Distância da Universidade Federal de Santa Maria (federal), Universidade Federal de Pelotas (federal), da Universidade Castelo Branco (privada) e da Universidade do Sul de

¹ Conforme dados da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul, em março de 2012. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp> Acesso em: 14 mar. 2012.

Santa Catarina (UNISUL, privada)². Logo, nota-se o imperativo de instituições de ensino superior públicas, na região, que possam atender essas necessidades e frear o êxodo desses jovens para maiores centros urbanos do estado, especialmente Santa Maria, Pelotas e Porto Alegre.

1.3. JUSTIFICATIVA

O *campus Santana do Livramento*, no esforço de ampliar as ações da UNIPAMPA em face de seu compromisso com a região onde está inserida, tem criado novos cursos na área das Ciências Sociais Aplicadas. O primeiro curso de graduação ofertado foi o curso de Administração, iniciado em setembro de 2006. Este foi seguido pelo curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, iniciado em março de 2009, pelo curso de Relações Internacionais, iniciado em agosto do mesmo ano e pelo **curso de Ciências Econômicas**, em março de 2010.

A oferta do curso de Ciências Econômicas foi definida com dupla missão: por um lado gerar toda uma possibilidade de discussão e pesquisa sobre a realidade socioeconômica regional, viabilizando, através de ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão, proposições para entender e superar o problema do subdesenvolvimento instalado; por outro, contribuir, juntamente com os demais cursos, para a formação de um centro de excelência em gestão no *campus Santana do Livramento*.

O curso de Ciências Econômicas e o profissional formado economista tem condições de atender a essa dupla missão, na medida em que a Economia é a ciência social que estuda o comportamento humano a partir das relações sistêmicas de consumo, produção, acumulação de capital e distribuição da riqueza entre agentes e instituições em determinado contexto socioeconômico. Uma das suas principais funções é explicar como funcionam os sistemas econômicos e as relações dos agentes, propondo soluções para os problemas existentes. Dessa maneira, o curso de Ciências Econômicas supre a necessidade de profissionais com formação técnica e visão crítica sobre seu contexto socioeconômico, e os economistas formados sob tal visão poderão se tornar agentes protagonistas do processo de superação do estágio atual de desenvolvimento da região em que a UNIPAMPA está inserida.

De fato, em atenção ao motivo principal que levou à criação da UNIPAMPA, que é a de contribuir de forma científica, responsável, reflexiva, crítica e comprometida com a região da metade sul e seu desenvolvimento, o curso de Ciências Econômicas busca atender a

² Dados do e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 14 mar. 2012.

demanda de profissionais com capacidade para efetuar diagnósticos e análises econômicas com forte embasamento histórico, teórico, estatístico e filosófico da realidade social da região.

Assim, procura-se suprir a demanda originada no setor público representada pelas diversas prefeituras da metade sul (principalmente das suas secretarias específicas em finanças e planejamento), bem como a demanda do setor privado por economistas versáteis e capacitados na leitura e compreensão do desenvolvimento econômico regional (educação, meio ambiente, saúde, tecnologia), na construção de modelos que permitam estabelecer relações entre variáveis do âmbito produtivo, comercial e financeiro a nível micro e macro, na análise financeira e de mercado das unidades produtivas, na análise de conjuntura econômica, etc.

Além de atender a formação de profissionais que buscam interferir no desenvolvimento regional da metade sul do Estado de Rio Grande do Sul, o curso de Ciências Econômicas também possibilita a escolha livre do estudante em se desenvolver atendendo eventual necessidade do governo federal (Banco Central, Universidades, Institutos de Pesquisa), governos estaduais (Secretarias de Finanças, Planejamento e Desenvolvimento, Bancos Estaduais), organismos do terceiro setor e unidades produtivas e financeiras (Departamentos de Finanças e Comércio de Multinacionais e Bancos), com as características que identificam sua formação na UNIPAMPA.

A distribuição geográfica dos cursos de ciências econômicas em Universidades Públicas no Estado é esparsa e distante da fronteira Oeste. Localizam-se na faixa Leste do Estado (Porto Alegre e Pelotas), na Região Central (Santa Maria) e no Litoral Sul (Rio Grande). Assim, são eminentes os fatores que contribuem para a necessidade de criar e consolidar cursos de formação superior na região da fronteira Oeste do Estado: pela localização geográfica e pelo contexto histórico e econômico da região da fronteira Oeste, descritos no item 1.2, criou-se uma demanda pelo profissional de Economia nesta região do Estado.

A demanda por profissionais que possuam as habilidades e competências de um Bacharel em Ciências Econômicas é decorrência do baixo desenvolvimento local descrito anteriormente, e de uma ampla gama de potencialidades a serem exploradas tanto em virtude das próprias características socioeconômicas e culturais da região, quanto das possibilidades de atuação conjunta entre os Estados brasileiro e uruguaio, dado a contiguidade dos territórios que se configura na cidade de Santana do Livramento e Rivera. Essa demanda local e/ou regional justifica-se na percepção que se constrói a partir dos anos de 1990, que as possibilidades de desenvolvimento vêm pelo reconhecimento das potencialidades

identificadas pelos agentes e instituições locais, dando maior autonomia aos gestores em tomar iniciativas de políticas que promovam maior bem-estar social e econômico.

Estes são os principais motivos que levam a oferta do curso de Ciências Econômicas no *campus* de Livramento, com o intuito de contribuir significativamente não só com a expansão do *campus* e da UNIPAMPA, mas também para formar economistas capazes de compreender as mudanças da economia contemporânea e que contribuam para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país e da região.

1.4. LEGISLAÇÃO

A legislação que apoia a construção do presente Projeto Político Pedagógico é formada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996 (estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pelos pareceres CNE 380/2005 (aprovado em 06/11/2005), pelo parecer CNE 184/2006 (aprovado em 07/07/2006) e pelas resoluções CNE/CES nº 2 (de 18 de julho de 2007, que Dispõe sobre Carga Horária Mínima e Procedimentos Relativos à Integralização e Duração dos Cursos de Graduação, Bacharelados, na Modalidade Presencial) e nº 4 (de 13 de julho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado, e dá outras providências), bem como pelo Projeto Institucional da UNIPAMPA (2009) e pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 29/2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

As diretrizes nacionais compostas pela LDB e pelas normativas do MEC procuram delimitar o curso de Ciências Econômicas dentro da política nacional de educação, e qualificar o profissional com habilidades e competências necessárias ao exercício da profissão de economista no País. Ao mesmo, a adequação às normas da UNIPAMPA permite a formação de um profissional diferenciado e voltado ao contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual a universidade está inserida.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. CONCEPÇÃO DE CURSO

2.1.1. Contextualização/concepção pedagógica do curso/perfil do curso

A despeito de o primeiro curso de Economia Política poder ser buscada ainda no período joanino, com a cadeira criada para o Visconde de Cairu por Decreto de D. João VI, e de que, durante o século XIX e início do século XX, o ensino de Economia ter apresentado um importante desenvolvimento associado a outras áreas do conhecimento, como Direito, Engenharia e Práticas de Comércio (*cf.* SOUZA, 2006), é apenas em 1945 que o curso de Ciências Econômicas passou a fazer parte do sistema de ensino superior brasileiro. Isto se deu através do Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945, assinado pelo presidente Getúlio Vargas que, entre outras coisas, estabelecia um currículo próprio para o curso e estabelecia que seus egressos receberiam o título de Bacharel em Ciências Econômicas. O Decreto previa também que o curso de Ciências Econômicas, ao lado do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, deveria substituir o curso de Administração e Finanças e o curso de Atuário.

Tal fato marca o início da primeira das três etapas do processo de desenvolvimento do ensino de Ciências Econômicas no País identificadas por Biderman *et. al.* (1995). Nela, merece destaque a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (a atual UFRJ) em 1945 e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP em 1946. Evidentemente, nesta primeira etapa a profissão ainda estava profundamente ligada às áreas de administração e contabilidade, o que acabava por determinar tanto o perfil dos alunos ingressantes quanto a área de atuação do bacharel. De qualquer maneira, uma parte importante dos formados em Economia atuava, principalmente em instituições governamentais não-acadêmicas, em estudos envolvendo as questões da superação do subdesenvolvimento – o que acabou por ser uma justificativa forte para a expansão do ensino de Economia no Brasil.

Na segunda etapa identificada por Biderman *et. al.* (1995), que vai do começo da década de 1960 até fins da década de 1970, assiste-se ao alcance de certo grau de maturidade do ensino de Economia no País, especialmente com o desenvolvimento do ensino em nível de pós-graduação na FGV e na USP e o alcance de certo grau de internacionalização dos centros brasileiros de ensino e pesquisa em Economia. Modificações foram realizadas nos currículos de Economia, de modo a tornar o ensino mais forte e preparar melhor os bacharéis para o mercado de trabalho do setor privado (que refletia um importante processo de urbanização,

industrialização e crescimento econômico), bem como para cargos do setor público, que demandavam cada vez mais economistas – o que provocou, segundo Biderman *et. al.* (1995), o aumento da atração, por parte das elites do País, pelo curso de Economia.

Na terceira etapa identificada por Biderman *et. al.* (1995) assiste-se a um processo de descentralização do ensino e da pesquisa em Economia no Brasil, bem como a uma ampliação da pluralidade de métodos e correntes de pensamento, ao mesmo tempo que a preocupação com temas relacionados à formulação e condução de políticas econômicas voltadas à superação dos problemas brasileiros (tais como subdesenvolvimento e inflação) continua a permear o trabalho de boa parte da profissão, em particular dos economistas acadêmicos.

Apesar de ser um texto escrito há quase 20 anos, pode-se enxergar tal tendência a prevalecer ainda hoje. De fato, a existência do curso de Ciências Econômicas na UNIPAMPA vem no bojo deste movimento de descentralização e pluralismo, de um lado, e de atenção a problemas econômicos concretos, de outro – o que vai ao encontro do propósito de criação da UNIPAMPA, qual seja, contribuir para o desenvolvimento de uma região estagnada do Rio Grande do Sul.

O curso de Ciências Econômicas da UNIPAMPA foi criado no primeiro semestre de 2010, oferece 50 vagas por ano e possui regime acadêmico semestral. O curso está em seu sexto semestre atualmente. Ele confere o grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

- a) Denominação: Ciências Econômicas
- b) Implantação: Primeiro Semestre de 2010
- c) Modalidade: Bacharelado
- d) Titulação Conferida: Bacharel em Ciências Econômicas
- e) Duração do curso: 8 semestres
- f) Tempo de integralização mínimo: 8 semestres.
- g) Tempo de integralização máximo: 14 semestres
- h) Carga horária total: 3.000 horas (176 créditos)
- i) Turno: Noturno
- j) Número de vagas oferecidas: 50 vagas/ano
- k) Regime Acadêmico: semestral
- jl Carga Horária Mínima por semestre: 120 horas/8 créditos
- m) Carga Horária Máxima por semestre: 480 horas/32 créditos
- n) Coordenação: Prof. Dr. Eduardo Angeli
- o) Unidade Acadêmica: *campus* Santana do Livramento

p) Criação do curso: Ata da 7ª. Reunião do Conselho de Dirigentes da UNIPAMPA, de 9 de julho de 2009.

2.1.2. Objetivos

2.1.2.1. Objetivo geral

O objetivo geral é ofertar aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas uma formação sólida, eclética e crítica, para desenvolver conhecimentos, habilidades e competências comprometidas com a ética e a cidadania, tornando-os capazes de solucionar problemas de natureza econômica, visando o desenvolvimento local, regional e nacional.

2.1.2.2. Objetivos específicos

- a) analisar as teorias do pensamento econômico e a evolução histórica e filosófica da economia;
- b) compreender os conceitos microeconômicos, macroeconômicos, do desenvolvimento econômico nacional, regional e local e da economia e internacional;
- c) proceder a análise crítica dos aspectos da formação histórica da realidade contemporânea das economias mundial, brasileira, regional e local;
- d) desenvolver conhecimento dos métodos quantitativos da matemática e da estatística, aplicados à realidade e às teorias econômicas;
- e) utilizar o método científico na condução da pesquisa científica;
- f) dominar ferramentas específicas da profissão, como análises, diagnósticos, pareceres, projetos, projeções, elaboração de índices, etc.
- g) relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.

2.1.3. Perfil do egresso do curso de Ciências Econômicas

Conforme exposto no item 1.1.1, o perfil do egresso da UNIPAMPA tem uma formação acadêmica generalista e humanística, sendo que:

Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e de inseri-los em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (UNIPAMPA, 2009).

Ao mesmo tempo, o egresso irá atender ao perfil previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Ciências Econômicas, que, em seu artigo 3º prevêem:

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais (MEC, 2007).

Especificamente, o curso de Ciências Econômicas da UNIPAMPA tem como objetivo primeiro proporcionar uma formação qualificada em competências profissionais e intelectuais ao Bacharel, apresentando os ferramentais necessários para que o mesmo possa desempenhar as funções próprias do economista nas esferas pública e privada. Tais ferramentas estão relacionadas ao conhecimento de teoria econômica, dos métodos quantitativos associados a ela e da visão histórica, filosófica e crítica que emerge do processo de formação do economista. Deste modo, o Bacharel em Ciências Econômicas deverá possuir formação sólida e eclética, apropriada para atender objetivos organizacionais e macroeconômicos de forma comprometida, ética e crítica. Deverá estar atento ao desenvolvimento local e nacional e capacitado para a atuação profissional nos setores público e privado.

2.2. DADOS DO CURSO

2.2.1. Administração acadêmica

A administração acadêmica do curso de Ciências Econômicas utiliza a estrutura oferecida pelo *campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA. Os cargos de coordenador acadêmico, de coordenador do curso e de coordenador substituto de curso são privativos para membros da carreira docente, sendo preenchidos após eleições paritárias entre as três categorias da comunidade acadêmica (docentes, técnicos e discentes) para períodos de dois (coordenador de curso e seu substituto) e quatro anos (coordenador acadêmico). Os atuais mandatos tiveram início em 1º de fevereiro de 2013.

A seção IV do Regimento Geral da UNIPAMPA estabelece o papel desempenhado pela coordenação acadêmica. Segundo seu artigo 77, cumpre à coordenadora acadêmica “executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos da Universidade”.

Já a subseção II da seção X do Regimento Geral da UNIPAMPA normatiza as atribuições do coordenador de curso. Em particular, ela afirma em seu artigo 105 que “[c]ompete ao Coordenador de Curso executar as atividades necessárias à consecução das

finalidades e objetivos do Curso que coordena”.

Além disso, existem duas comissões que atuam na gestão no curso de Ciências Econômicas. A primeira delas é a Comissão de curso. A subseção I da seção X do Regimento Geral da UNIPAMPA normatiza o papel das comissões de curso. Segundo o que consta no artigo 97 do referido documento, a “Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas”.

A segunda comissão é o Núcleo Docente Estruturante, composto por um grupo de professores ligados mais diretamente ao planejamento e funcionamento do curso. De acordo com o artigo 1º, parágrafo único da resolução CONAES 01/2010, “[o] NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso”. De forma mais concreta, o NDE do curso de Ciências Econômicas zela, entre outras coisas, pela atualização e adequação da estrutura curricular, do perfil dos docentes e dos egressos, segundo o que reza o Projeto Político Pedagógico do curso.

A secretaria do curso, a coordenação da biblioteca e o NuDE são geridos por servidores técnicos da UNIPAMPA, e atendem todos os cursos do *campus* Santana do Livramento. Em particular, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional – NuDE é o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do *campus*, dentro da área do Desenvolvimento Educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientação de conhecimentos da Pedagogia, Assistência Social e áreas afins.

Os integrantes do NuDE trabalham a partir de demandas apresentadas pelos docentes e discentes, bem como pela proposição de projetos de intervenções específicas, na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino-aprendizagem na instituição e também na implementação de Projetos Institucionais de natureza pedagógica. O trabalho é desenvolvido pelos Técnicos em Assuntos Educacionais - TAEs, Assistentes Sociais, Pedagogos e outros profissionais.

- a) Coordenadora Acadêmica: Kamilla Raquel Rizzi.
- b) Coordenador do Curso: Eduardo Angeli
- c) Coordenador Substituto do Curso: João Garibaldi Almeida Vianna
- d) Secretário do Curso: Cléia Bottino

- e) Bibliotecário: William De Oliveira Dalosto
- f) NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional: Caiane Cavalheiro Lopes (Assistente Social), Caren Rossi (Técnica em Assuntos Educacionais) e Ruth Pereira Castro (Pedagoga).
- g) Comissão de Curso: Todos os docentes que atuam no curso, um representante dos discentes e um representante dos técnicos administrativos em educação.
- h) Núcleo Docente Estruturante (NDE): composto por sete (07) docentes diretamente envolvidos com questões de ordem estrutural do curso, atua conforme a resolução CONAES 01/2010. Os membros do NDE estão listados no quadro 3 abaixo.
- i) Endereço de funcionamento do curso:
Universidade Federal do Pampa – *campus* Santana do Livramento
Rua Barão do triunfo, nº 1048 – Centro
CEP 97573-590 – Santana do Livramento/RS
Telefone: 55 3243 4540

2.2.2. Funcionamento

O calendário do curso de Ciências Econômicas segue o calendário acadêmico definido anualmente pela reitoria da UNIPAMPA. Ele tem regime semestral. Todos os anos é prevista a realização de uma semana acadêmica do curso.

O curso de Ciências Econômicas está estruturado a partir de uma coordenação e uma secretaria de curso, uma Comissão de curso, o Núcleo Docente Estruturante e a assessoria do NuDE, sendo o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do *campus*, dentro da área do Desenvolvimento Educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientação de conhecimentos da Pedagogia e áreas afins.

A Comissão de curso tem a finalidade de operacionalizar questões relativas à vida diária do curso, implementação do projeto pedagógico do curso, bem como ações para a melhoria da qualidade de desempenho do curso e de seus alunos, entre outras competências.

A Comissão de curso é presidida pelo coordenador de curso eleito para um mandato de dois (02) anos, podendo ser substituído, nas faltas ou impedimentos eventuais, pelo Coordenador substituto.

Quadro 2: Coordenação do curso

Nomes	Eduardo Angeli	João Garibaldi Almeida Viana
Cargo	Coordenador	Coordenador substituto
Graduação	Ciências Econômicas (USP)	Zootecnia (UFSM)
Mestrado	Ciências Econômicas (UNICAMP)	Extensão Rural (UFSM)
Doutorado	Ciências Econômicas (UNICAMP)	Agronegócios (UFRGS)
Linha de pesquisa	História do Pensamento Econômico, Economia Institucional.	Economia Agrícola, Economia Institucional.
Início das atividades docentes na UNIPAMPA	21/07/2010	27/07/2010

A Comissão de curso é composta por todos os docentes que estão em atividade no curso, um representante dos discentes (eleito para mandato de dois anos) e um representante dos Técnicos Administrativos em Educação. Atualmente fazem parte da comissão do curso de Ciências Econômicas os professores: Msc. Carlos Hernán Rodas Céspedes, Msc. Gleicy Denise Vasques Moreira Santos, Msc. Héctor Cury Soares, Dr. Gustavo de Oliveira Aggio, Dra. Kalinca Léia Becker, Dra. Ana Monteiro Costa, Dr. Eduardo Angeli, Dr. João Garibaldi Almeida Viana, Msc. Ricardo Severo, Msc. Thadeu José Francisco Ramos, Msc. Rafael Balardín e Msc. Ana Luisa de Souza Soares. Quanto à participação do corpo docente na administração acadêmica do curso, ela se procede por meio da realização de uma reunião mensal, com todos os docentes, na participação quando das reuniões gerais (acadêmicas ou gerais), ocasiões onde são discutidos o planejamento das atividades e as iniciativas a serem implementadas no período acadêmico em questão.

Complementar à Comissão de curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui função relacionada à avaliação e aprimoramento da estrutura curricular e de outros elementos estruturais da proposta curricular, incluindo sistemáticas de avaliação desta. O NDE se reúne regularmente, para, conforme a Resolução 04/2010 do CONAES, debater o desenvolvimento do curso, fazer autoavaliações a partir das percepções docentes e discentes, pensar as áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas ao campo internacional, bem como resolver questões pertinentes ao andamento acadêmico do curso, como seriação de alunos, matrículas, pré-requisitos, etc. O NDE atualmente está composto pelos seguintes professores, com a respectiva formação:

Quadro 3: Titulação dos membros do NDE

Docente	Titulação	% Total
Eduardo Angeli	Doutorado	71,4%
Gustavo de Oliveira Aggio	Doutorado	
João Garibaldi Almeida Viana	Doutorado	
Kalinca Léia Becker	Doutorado	
Wilson Vieira	Doutorado	
Ana Luisa de Souza Soares	Mestre	28,6%
Carlos Hernán Rodas Céspedes	Mestre	
TOTAL		100%

2.2.3. Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, todas previstas na Resolução N° 29 de 28/04/2011:

- Processo Seletivo UNIPAMPA (por meio do SISU-ENEM a partir de 2010), conforme a Resolução n° 29, de 28/04/2011 da Universidade, ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1° (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2° (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Reopção: o Art. 7° da citada Resolução N° 29 prevê que a Reopção é a forma de mobilidade acadêmica regulamentada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou turno de oferecimento de curso de graduação dessa Universidade. Assim, a mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes e o prazo máximo para integralização curricular é computado a partir do semestre do ingresso por Reopção.
- Ingresso via processo seletivo complementar: É previsto pelo Art. 8° da referida Resolução N° 29/2011, que, em virtude da disponibilidade de vagas, o Processo Seletivo

Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior. Esse Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA e aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono ou cancelamento de curso e que desejam reingressar. As vagas são oferecidas nas categorias de Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma e o número de vagas destinadas ao ingresso é determinado a partir das vagas não preenchidas em processo seletivo regular somadas às de evasão por cancelamento, desligamento, reopção, transferência, óbito ou abandono de curso. O número de vagas é disponibilizado, mediante edital semestral, no momento da abertura do processo e cabe à Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica determinar o número de vagas disponíveis para cada curso, por meio de consulta à Coordenação Acadêmica do *campus*. Para o ingresso no Processo Seletivo Complementar é considerada a seguinte prioridade: I. Reingresso; II. Transferência Voluntária; III. Portador de Diploma.

- Transferência compulsória (Transferência *ex-officio*): é a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do *campus* pretendido ou município próximo, na forma da lei. É permitida a transferência de discentes regulares entre instituições de ensino superior, vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, de acordo com os seguintes requisitos, previstos em lei: a) requerimento do interessado; b) comprovação da transferência, deslocamento, redistribuição ou remoção *ex-officio* do servidor público civil ou militar; c) comprovação de dependência de servidor público civil ou militar movimentado *ex-officio*; d) comprovação de ter ingressado em Instituição de Ensino Superior via processo seletivo; e) comprovação de estar vinculado a outra Instituição de Ensino Superior; f) histórico escolar original; g) comprovante de residência (anterior e atual); h) programa dos componentes curriculares cursados (conteúdo programático). A Resolução nº 29 em seu Art. 13 prevê que a solicitação de Transferência Compulsória é recebida pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica e analisada pela Consultoria Jurídica e, se caracterizada, o Coordenador do curso respectivo procede à análise curricular para o aproveitamento de componentes curriculares.

- Regime Especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para

complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da Instituição e a solicitação de matrícula é semestral, conforme período estipulado no Calendário Acadêmico. Em caso de deferimento, os registros acadêmicos do estudante não podem ultrapassar 4 (quatro) semestres letivos, e o discente pode cursar no máximo 8 (oito) componentes curriculares, respeitado o limite de 2 (dois) por semestre letivo. Ao final de cada semestre letivo pode ser emitido para cada componente curricular cursado atestado de aproveitamento fornecido pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica.

- Programa Estudante-Convênio: A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O candidato é selecionado no seu país de origem e encaminhado pela SESu/MEC para realizar seus estudos universitários. Essa matrícula deve obedecer aos prazos fixados no Calendário Acadêmico, ficando o discente dispensado do processo seletivo.
- Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional (Programa de intercâmbio): O Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições. Somente é permitida a participação do estudante no Programa, quando atendidos os seguintes requisitos: I. existência de convênio entre as Instituições de Ensino Superior; II. ter integralizado todos os componentes curriculares dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres do 1º (primeiro) ano do curso; III. possuir, no máximo, 1 (uma) reprovação por semestre; IV. ter um plano de atividades aprovado pela Comissão de curso de origem; V. ter autorização das Instituições de Ensino Superior envolvidas. O discente participante desse Convênio tem vínculo temporário com a UNIPAMPA. O Art. 28 da Resolução nº 29/2011 prevê que o Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes

curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária, de acordo com as regras do Convênio e da Instituição receptora.

- Mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros *campi*. O plano de atividades que prevê os componentes curriculares de interesse do discente deve ser aprovado semestralmente pelo Coordenador de curso de origem e de destino. A Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional fica condicionada à existência de vagas no curso de graduação de destino.
- Matrícula institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84. As Instituições de Ensino Superior, mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores encaminhada pelo Ministério da Educação e Cultura, ficam autorizadas a conceder matrícula de cortesia, em cursos de graduação, independentemente da existência de vaga. O Discente Cortesia é dispensado do Processo Seletivo. Pode solicitar Matrícula Institucional de Cortesia: I. funcionário estrangeiro de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil e seus dependentes legais; II. funcionário ou técnico estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a sua organização, assim como seus dependentes legais; III. técnico estrangeiro que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação técnica ou cultural firmado entre o Brasil e seu país de origem, assim como seus dependentes legais. A Matrícula Institucional de Cortesia somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade. Ao técnico estrangeiro e seus dependentes legais somente pode ser concedida Matrícula Institucional de Cortesia se, no seu contrato de prestação de serviços, constar o tempo de permanência mínima de 12 (doze) meses em território nacional. O Art. 35 da Resolução Nº 29/2001 ressalta que a UNIPAMPA somente efetiva a Matrícula de Cortesia após o recebimento de expediente com a autorização formal da SESu/MEC, em atendimento a pedido formulado pelo Ministério das Relações Exteriores. O beneficiário da Matrícula de Cortesia fica subordinado às normas que regem o ensino de graduação da UNIPAMPA (Art. 36). No caso de transferência do responsável para novas funções em outro país, o aluno pode manter sua Matrícula Institucional de Cortesia até o término do curso em que tenha ingressado, mediante a substituição do visto diplomático ou

oficial pelo temporário correspondente.

- Políticas de ações afirmativas: fronteiriços, indígenas, afrodescendentes e alunos oriundos de escola pública. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 50% de suas vagas para ações afirmativas. Desse total, 44% (quarenta e quatro por cento) das vagas são destinadas aos estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino médio escolas públicas. Essas vagas serão preenchidas segundo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas pelos estudantes, dentro de cada um dos seguintes grupos de inscritos:

I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

II - estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

III - demais estudantes.

Além disso, 6% (seis por cento) das vagas são destinadas aos estudantes com necessidades especiais de educação.

2.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Seguindo os ordenamentos legais e normativos (Resolução nº. 1 de 30/05/2012 e Resolução nº. 2 de 15/06/2012, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental, respectivamente) os componentes curriculares contidos na estrutura curricular de Ciências Econômicas convergem para a construção da dimensão ética e política nas questões referentes aos direitos individuais e coletivos, a equidade e a sustentabilidade ambiental. O tratamento transversal, integral e permanente dessas questões revela-se na estruturação do curso numa perspectiva histórica, eclética e de pluralidade das correntes do pensamento econômico.

Propicia-se, assim, a constituição do pensamento crítico e reflexivo, e a ênfase na postura ética e responsável quanto ao consumo, à produção e à distribuição, tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico através de ações individuais e coletivas, e de

instrumentos de política econômica que respeitem a diversidade ambiental e os saberes e valores sociais e culturais.

2.3.1. Integralização curricular

A estruturação curricular segue os Padrões de Qualidade adotados pelo MEC, conforme legislação citada na subseção 1.4 acima, que definem os componentes curriculares de Ciências Econômicas, distribuídos entre formação geral, formação teórico-quantitativa, formação histórica, formação teórico-prática, atividades complementares e componentes curriculares complementares de graduação, conforme o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Estrutura curricular

Estrutura do Currículo	Período Ideal	CH	Créd.	Código da Disciplina
Formação Geral				
Contabilidade I	1	60	4	SLAD106
Fundamentos de Sociologia	1	60	4	SLAD105
Instituições de Direito	1	60	4	038301
Fundamentos de Economia	1	60	4	SLAD102
Matemática Aplicada à Economia	1	60	4	SL0041
Tópicos de Matemática Aplicada à Economia	2	60	4	SL0044
Matemática Financeira	3	60	4	037106
Estatística	4	60	4	ADM004
TOTAL		480		
Formação Teórico-Quantitativa				
Economia Internacional I	6	60	4	SL0024
Economia Internacional II	7	60	4	SL0029
Microeconomia I	2	60	4	SL0042
Contabilidade Social	3	60	4	SL0043
Microeconomia II	3	60	4	SL0045
Microeconomia III	4	60	4	SL0048
Macroeconomia I	4	60	4	SL0049
Macroeconomia II	5	60	4	SL0051
Desenvolvimento Econômico	5	60	4	SL0052
Econometria I	5	60	4	SL0053
Economia Monetária	7	60	4	SL0055

Economia Regional	6	60	4	SL0056
Econometria II	6	60	4	SL0057
Economia Política	4	60	4	SL0061
Macroeconomia III	6	60	4	SL0062
TOTAL		900		
Formação Histórica				
Formação Econômica do Brasil	2	60	4	SL0039
História Econômica, Política e Social Geral	2	60	4	SL0002
História do Pensamento Econômico I	2	60	4	SL0046
História do Pensamento Econômico II	3	60	4	SL0050
Economia Brasileira I	7	60	4	SL0063
Economia Brasileira II	8	60	4	SL0058
Metodologia da Economia	5	60	4	SL4032
TOTAL		420		
Formação Teórico-Prática				
TCC I	7	180		SL0059
TCC II	8	180		SL0060
Atividades Complementares (ACGs)		240		
TOTAL		600		
Componentes Curriculares Complementares de Graduação		600		
TOTAL GERAL DO CURSO		3000		

Cumprir destacar que faz parte da formação discente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), já que, conforme a Lei 10861/04, este é um componente curricular obrigatório a todos os cursos de graduação.

2.3.1.1. Atividades complementares de graduação

As Atividades Complementares de Graduação (ACGs) são componentes curriculares de caráter acadêmico, científico e cultural que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, quando o discente alargará seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas. Objetivam estimular a prática de estudos independentes, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, integrando-se às diversas peculiaridades regionais e culturais. São

atividades regulamentadas pela Resolução No. 29/2011, do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa, além da resolução 04/2007 do CNE-MEC, que trata das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, e que em seu artigo 8º afirma:

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade (MEC, 2007).

Os objetivos das ACGs são: **(a)** estimular a prática de estudos independentes, transversais e interdisciplinares; **(b)** promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. As Atividades Complementares serão validadas academicamente pela Comissão de curso, mesmo se realizadas em situações de aprendizagem fora da instituição, desde que vinculadas ao mundo do trabalho e à prática social.

Em particular, apesar de não ser uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de Ciências Econômicas, o estágio é uma oportunidade de qualificação do discente, e poderá ser aproveitado como ACG por ele, na modalidade de atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão.

O regulamento das ACGs está no anexo I.

2.3.1.2. Trabalhos de conclusão de curso

O componente curricular de TCC I será ofertado sob responsabilidade de docente do *campus*, ocasião em que o aluno produzirá seu projeto de monografia. Não há banca de defesa em TCC I e a nota final do aluno será composta pela nota do professor do componente curricular em conjunto com o orientador do projeto e por um terceiro parecerista, também docente. Em TCC II, momento em que o aluno executará seu projeto, ou seja, elaborará efetivamente o trabalho final de curso, a orientação dos acadêmicos será realizada pelos docentes em atividade no *campus* dentro de sua especialidade, não havendo, neste caso, professor responsável pelo componente curricular. Haverá, em TCC II, banca de defesa do trabalho final. O registro final da nota do aluno será validado na Comissão de curso e encaminhado pelo coordenador do curso para registro final. O regulamento para elaboração dos TCCs I e II está no anexo II.

2.3.1.3. Plano de integralização da carga horária do curso

A integralização curricular é feita pelo sistema de horas-aula, observados os limites mínimos e máximos de componentes curriculares por período letivo (120 horas e 480 horas, respectivamente). Considera-se cumprido o currículo mínimo quando o aluno tiver obtido o total de horas-aula correspondentes ao somatório das horas-aula, aí incluída a elaboração e defesa do TCC, os CCCGs e as ACGs.

Os CCCGs têm por objetivo permitir a formação ampla, abrangente e plural dos acadêmicos do curso. Tais componentes complementares tratarão das mais variadas temáticas relacionadas à Ciência Econômica, de acordo com a disponibilidade e área de pesquisa do corpo docente. Dessa forma, podem ser ofertados componentes que contemplem conteúdos mais específicos, temáticos, interdisciplinares ou mesmo atuais que não necessariamente estejam previstos na matriz curricular.

Considerando a legislação, a proposta do curso foi estruturada dentro da distribuição apresentada no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5: Estrutura do currículo

Estrutura do Currículo	Carga Horária (em horas)	% Total
Formação Geral	480	16%
Formação Teórico-Quantitativa	900	30%
Formação Histórica	420	14%
Formação Teórico-Prática	600	20%
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	600	20%
TOTAL	3.000	100%

NOTA: Distribuição da Estrutura Curricular do Curso de Ciências Econômicas da UNIPAMPA, entre formação básica, profissional, teórico quantitativo, atividades complementares, componentes curriculares complementares de graduação e TC. Conforme a Lei 10861/04, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), apesar de não constar no quadro acima, é componente curricular obrigatório do curso de Ciências Econômicas da UNIPAMPA.

2.3.2. Metodologias de ensino e avaliação

O curso de graduação em Ciências Econômicas da UNIPAMPA reflete, em suas metodologias de ensino e de avaliação, o objetivo de formar economistas com capacidade crítica, autônomos e dotados de competência profissional. Subjacente à criação do curso de graduação em Ciências Econômicas e da própria UNIPAMPA está a ideia de que o conhecimento é um caminho sólido para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. Neste

sentido, a educação superior precisa ter o compromisso de levar o estudante a aprender a aprender, a ter capacidade de construir e reconstruir o seu conhecimento através de si mesmo, de seu contato com a realidade, com a teoria e com os outros, como forma de se tornar cidadão livre, autônomo, consciente, crítico e autocrítico, participativo e comprometido consigo e com a comunidade. Mais do que isso, deve estar comprometida com a inclusão de minorias e a construção de uma sociedade mais igualitária e próspera.

Assim, o processo de ensino-aprendizagem deve ser norteado pela valorização das diferenças e da livre-iniciativa do discente em buscar e formar novos conhecimentos dentro e fora da sala de aula, e do docente de ser mediador nesse processo. Tudo isso permeado pelo conhecimento da realidade social, histórica, cultural, econômica e ambiental em que a UNIPAMPA está inserida. Por isso, a atuação do docente e as metodologias de ensino devem estar atentas à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, de maneira que o discente possa valorizar a construção de conhecimentos novos, e se manter atento à capacidade que ele, dotado deste conhecimento, possui de atuação e transformação da realidade nacional e especialmente da região que acolhe a UNIPAMPA.

A ação pedagógica do professor é mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Para tanto, faz-se necessária uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, levando em consideração a existência de distintas realidades, histórias e oportunidades por parte dos discentes.

Vale dizer, é necessário que o aprendizado seja profundo, adequado e consistente. Que se supere o tecnicismo, mas não se abandone a cientificidade. O aprendizado precisa estar carregado da ideia de que a prática e a teoria são faces de uma mesma realidade e que o conhecimento teórico, fora da prática, não tem capacidade de mudança da realidade estabelecida. Além disso, ensino, pesquisa e extensão precisam ser pensados como elementos integrados do processo de aprendizagem.

Sendo assim, o curso de Ciências Econômicas deve estar preocupado com a formação completa e integral do estudante, de maneira que sua autonomia e capacidade crítica e criativa venham a abranger e também ultrapassar o domínio da ciência associada ao seu curso, alcançando seu papel como cidadão ativo e comprometido com a comunidade. O papel do docente também é importante como incentivador e proponente desta relação necessária ao cumprimento do propósito de criação da UNIPAMPA.

A natureza do curso de Ciências Econômicas requer que, em sua maior parte, o

processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos curriculares ocorra de maneira relativamente tradicional, com um núcleo de componentes curriculares obrigatórios (em boa parte teóricos) a serem desenvolvidos dentro da sala de aula. Porém, isso não deve ser visto como um fator impeditivo da flexibilização da grade curricular, bem como para a implementação de inovações pedagógicas para o processo de ensino e aprendizagem, e valorização de conhecimentos adquiridos fora da sala aula objetivando a construção do conhecimento para uma formação diferenciada e de qualidade do discente.

A flexibilidade curricular se manifesta na possibilidade dos estudantes participarem ativamente de sua formação escolhendo os componentes complementares de graduação que mais se aproximam de seus próprios interesses. Uma parte desses componentes, inclusive, pode ser cursada fora do grupo daquelas ofertadas pelo curso de Ciências Econômicas, o que proporciona também ao aluno a chance de ter formação multi e interdisciplinar. Além disso, merecem destaque oportunidades existentes ao corpo discente de complementar sua formação profissional eclética através de mecanismos como a mobilidade acadêmica intra e interinstitucional, e mesmo internacional.

As inovações pedagógicas que procuram complementar os mecanismos tradicionais e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem e que podem ser utilizadas pelo corpo pertencente ao curso de ciências econômicas envolvem aquelas ligadas às tecnologias da informação, como, por exemplo, o uso da plataforma *Moodle* e de outras tecnologias educacionais. Além disso, instrumentos como seminários, orientações profissionais, debates, aulas participativas e dialogadas e o uso de diferentes mídias podem ser importantes como complementos e aprimoramentos das técnicas e metodologias convencionais.

Por fim, a valorização dos conhecimentos adquiridos fora da sala de aula pode ser encontrada especialmente na existência das atividades complementares de graduação em suas quatro modalidades (ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais). Elas procuram incentivar os graduandos a buscar ativamente na universidade e na comunidade maneiras de enriquecer sua formação com a diversificação de tipos e origens de conhecimentos, além de facilitar a associação entre teoria e prática e dar experiência de vivência profissional ao graduando.

Quanto à verificação de aprendizagem, esta deve ser pensada como um processo contínuo, cumulativo que vise qualificar o processo de ensino-aprendizagem, de forma construtiva e subsidiária à formação de profissionais competentes e cidadãos esclarecidos, éticos e reflexivos.

A operacionalização da avaliação está prevista nos planos de ensino dos professores

pactuados com os discentes, obedecendo às normas da instituição e à legislação vigente. São observados os critérios básicos para aprovação, a saber: é aprovado o discente que alcançar a nota final mínima de 6,0 (seis) nas atividades avaliativas (numa escala de zero a dez), além de frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina.

Ademais, atividades de recuperação de nota poderão ser aplicadas, com o objetivo de incentivar o discente a suprir as deficiências que por ventura tenham se acumulado ao longo do desenvolvimento do componente curricular.

A recuperação de aprendizagem é um processo presente dentro dos conteúdos curriculares, de modo a permitir que os estudantes tenham a oportunidade de tentar suprir eventuais lacunas existentes ao longo da construção do conhecimento. Para que isso ocorra de maneira satisfatória, o docente tem um papel ativo de estímulo e orientação através, por exemplo, de sugestões de leituras complementares e alternativas àquelas usualmente adotadas e de condução e apoio à formação de grupos de estudos por parte dos discentes.

Essas práticas reforçam a visão de que as atividades avaliativas possuem um caráter pedagógico e não-punitivo, além de mostrar que atividades de recuperação de aprendizagem e de suporte pedagógico por parte da universidade são elementos permanentes do processo de formação do graduando na UNIPAMPA.

2.3.3. Matriz curricular

1º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
SLAD102	Fundamentos de Economia	4	60	-	ADM
SL0041	Matemática Aplicada à Economia	4	60	-	CE
SLAD106	Contabilidade I	4	60	-	ADM
SLAD105	Fundamentos de Sociologia	4	60	-	ADM
038301	Instituições de Direito	4	60	-	ADM
Total		20	300		

2º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
SL0039	Formação Econômica do Brasil	4	60	-	CE
SL0046	História do Pensamento Econômico I	4	60	-	CE
SL0044	Tópicos de Matemática Aplicada à Economia	4	60	Matem. Aplicada à Economia (SL0041)	CE
SL0042	Microeconomia I	4	60	-	CE
SL0002	História Econômica, Política e Social Geral	4	60	-	RI
Total		20	300		

3º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
SL0043	Contabilidade Social	4	60	-	CE
SL0045	Microeconomia II	4	60	Microeconomia I (SL0042)	CE
SL0050	História do Pensamento Econômico II	4	60	Hist. do Pens. Econ. I (SL0046)	CE
037106	Matemática Financeira	4	60	-	ADM
	CCCG	4	60		
Total		20	300		

4º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
ADM004	Estatística	4	60	-	ADM
SL0048	Microeconomia III	4	60	Microeconomia II (SL0045)	CE
SL0049	Macroeconomia I	4	60	Contab. Social (SL0043)	CE
SL0061	Economia Política	4	60	Hist.do Pens. Econ. I (SL0046)	CE
	CCCG	4	60		
	Total	20	300		

5º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
SL0051	Macroeconomia II	4	60	Macroeconomia I (SL0049)	CE
SL0052	Desenvolvimento Econômico	4	60		CE
SL4032	Metodologia da Economia	4	60		CE
SL0053	Econometria I	4	60	Estatística (ADM004)	CE
	CCCG	4	60		
	Total	20	300		

6º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
SL0024	Economia Internacional I	4	60		CE
SL0057	Econometria II	4	60	Econometria I (SL0053)	CE
SL0056	Economia Regional	4	60		CE
SL0062	Macroeconomia III	4	60	Macroeconomia II (SL0051)	CE
	CCCG	4	60	-	CE
	Total	20	300		

7º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
SL0029	Economia Internacional II	4	60	Econ. Internacional I (SL0024)	CE
SL0063	Economia Brasileira I	4	60	Formação Econ.do Brasil (SL0039)	CE
SL0055	Economia Monetária	4	60		CE
	CCCG	4	60	-	

	CCCG	4	60	-	
SL0059	TCC I	12	180	Microeconomia III (SL0048), Macroeconomia III (SL0062) e Econometria II (SL0057)	CE
	Total	32	480		

8º Semestre:

Código	Componentes Curriculares	CRED	Carga Horária	Pré-Requisito	Curso
SL0058	Economia Brasileira II	4	60	Econ. Brasileira I (SL0063)	CE
	CCCG	4	60	-	
	CCCG	4	60	-	
	CCCG	4	60	-	
	CCCG	4	60	-	
SL0060	TCC II	12	180	TCC I (SL0059)	CE
	Total	32	480		
	Total da Matriz Curricular	184	2.760		
	ACGs	16	240		
	Total Geral do Curso	200	3.000		

Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)

Abaixo a lista dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) que se espera ofertar no transcorrer do curso. Ressalva-se que estes componentes não serão permanentes, tampouco imutáveis, ou seja, durante o desenvolvimento do curso alguns poderão deixar de existir ou sofrer melhorias, ou ainda novos componentes poderão vir a ser ofertados. Aceita-se que o aluno possa validar até três componentes não listados abaixo, mas cursados em outros cursos da UNIPAMPA ou de outras Instituições de Ensino Superior, mediante solicitação à Comissão de curso. O pedido de aproveitamento se aplica também aos CCCGs do curso. É importante que os professores do curso sugiram com regularidade novos componentes curriculares pertinentes a esta lista. Do total de dez CCCGs a serem realizadas pelo aluno, sete serão obrigatoriamente da lista abaixo indicada, que será ampliada e/ou alterada, conforme as necessidades e interesses dos discentes, docentes e do curso como um todo, visando sempre ao enriquecimento da formação do aluno.

Código da Disciplina	Componentes Curriculares Complementares de Graduação	Créditos	Carga Horária
ADM002	Administração Financeira	4	60
SLGP201	Administração Pública	4	60
ADM66	Agronegócios	4	60
SL4022	Álgebra Linear	4	60
ADM033	Blocos econômicos	4	60
ADM013	Comércio Exterior	2	30
SL2018	Corporações Multinacionais	2	30
SL2031	Demografia Econômica	4	60
SL2017	Desenvolvimento em Regiões de Fronteira	2	30
SL4181	Desenvolvimento Regional e Urbano	4	60
SL4382	Desenvolvimento Sustentável	4	60
SL4030	Direito Econômico	4	60
SL4227	Direitos Humanos e Relações Internacionais	4	60
SL4029	Economia da América Latina	4	60
SL4378	Economia da Energia	4	60
SL2033	Economia da Informação	4	60
SL4380	Economia das Organizações	2	30
SL2035	Economia do Rio Grande do Sul	4	60
SL0054	Economia do Setor Público	4	60
SL4028	Economia do Trabalho	4	60
SL4034	Economia e Meio Ambiente	4	60
SL4025	Economia Financeira	4	60
SL2038	Economia Industrial	4	60
SL4143	Economia Institucional	2	30
SL4381	Economia Política II	4	60
SL2040	Economia Rural	4	60
SL4031	Escola Austríaca de Economia	4	60
SL0018	Espanhol Instrumental I	2	30
SB0067	Estado e sociedade na América Latina	4	60
SLAD52	Filosofia e Ética Profissional	2	30
SL4206	Finanças Comportamentais	2	30
SL2041	Finanças Internacionais	4	60
SL2047	Finanças Públicas	4	60
SLAD101	Fundamentos de Ciência Política	4	60
SL2046	Geografia Econômica	4	60
SL4202	Gestão da Inovação e Competitividade	2	30
SL4136	Gestão de Projetos	4	60
SL4060	Gestão Estratégica no Setor Público	4	60
SL0001	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	4	60
SL0013	Inglês Instrumental I	2	30
SL4170	Inovação Tecnológica	2	30
SL2023	Integração e Blocos Econômicos Internacionais	2	30
SL2019	Internacionalização de Empresa	2	30
SL2027	Italiano Instrumental I	2	30

SL2060	Laboratório I: análise de política internacional	2	30
SL2067	Laboratório II: análise de comércio internacional	2	30
SL0033	Legislação Aduaneira	2	30
SL4106	Leitura e Produção Textual	2	30
SL2011	Libras	4	60
SL2048	Língua Portuguesa	4	60
SL2045	Mercado de Capitais	4	60
SL0040	Metodologia Científica	4	60
SL4026	Microeconomia e Desenvolvimento	4	60
SL4039	Nova Economia Institucional	4	60
SL0026	Organismos Internacionais	4	60
SL2057	Pensamento Econômico Liberal	4	60
037104	Pesquisa Operacional	4	60
SL2003	Planejamento e Desenvolvimento Local	2	30
SLGP303	Planejamento e Orçamento Governamental	4	60
SL0015	Política Externa Brasileira I	4	60
SL2004	Políticas Públicas	4	60
SL2043	Políticas Públicas e Projetos Sociais	4	60
SL2056	Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	4	60
SLGP501	Responsabilidade Socioambiental	2	30
SL2030	Seminários em Economia	4	60
SL0034	Sistema Financeiro Internacional	4	60
SL4165	Sociedade e Cultura no Brasil	4	60
SL0038	Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil	4	60
SL2044	Teoria dos Jogos	4	60
037101	Teoria Geral da Administração	4	60
SLCE0001	Teorias do Desenvolvimento e o Pensamento Latino Americano	4	60
SL4038	Tópicos Avançados em Desenvolvimento	4	60
SL4036	Tópicos Avançados em Econometria	4	60
SL4037	Tópicos Avançados em Economia Internacional	4	60
SL4035	Tópicos Avançados em Macroeconomia	4	60
SL2058	Tópicos em Macroeconomia: uma abordagem quantitativa	4	60
SL4033	Tópicos Avançados em Microeconomia	4	60
SL2086	Tópicos de Relações Internacionais I	4	60
SL2087	Tópicos de Relações Internacionais II	4	60
ADM025	Tópicos em Administração I	4	60
ADM080	Tópicos em Administração II	2	30
SL4214	Tópicos Especiais em Direito I	4	60
SL4215	Tópicos Especiais em Direito II	2	30
SL4210	Tópicos Especiais em Gestão Pública I	4	60

2.3.4. Ementário

1º Semestre

Identificação da Componente	
Componente Curricular: FUNDAMENTOS DE ECONOMIA (60h)	Código: SLAD102
Ementa	
Economia e o Pensamento Econômico. O sistema econômico. A micro e a macroeconomia. População, emprego e renda. Desenvolvimento econômico. Economia internacional. Tópicos especiais em economia.	
Objetivo Geral	
Apresentar a Economia como ciência e desenvolver os seus fundamentos básicos.	

Referências Bibliográficas Básicas
KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Campus, 2007.
MANKIW, N. G. Introdução à economia : princípios de micro e macroeconomia. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002

Referências Bibliográficas Complementares
CANO, W. Introdução à economia : uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.
PASSOS, R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 5ª Ed. São Paulo: Thompson, 2006.
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. TONETO Jr.. R. Introdução à economia . São Paulo: Saraiva, 2012.
ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . 20. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MATEMÁTICA APLICADA À ECONOMIA (60h)	Código: SL0041
Ementa	
Limite e continuidade. Derivada. Integral. Aplicações.	
Objetivo Geral	
Apresentar e discutir conceitos matemáticos úteis ao desenvolvimento de conhecimentos relativos às ciências econômicas, bem como aplicar conteúdos de origem matemática a fenômenos de interesse da área.	

Referências Bibliográficas Básicas

CHIANG, A. **Matemática para economistas**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
 GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. **Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
 SIMOM, C. P.; BLUME, L. **Matemática para economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BRUNI, A. L.; FAMA, R. **Matemática das finanças**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 SILVA, F. C. M.; ABRÃO, M. **Matemática básica para decisões administrativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 SILVA, S. M. da et al. **Matemática para economia, administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2010. (2 volumes, v. 1).
 TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Identificação da Componente

Componente Curricular: CONTABILIDADE I (60h)	Código: SLAD106
--	--------------------

Ementa

Princípios gerais da Contabilidade. Objeto, aplicação e finalidade. Patrimônio. Aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio. Classificação das contas. Noções de débito e crédito. Plano de contas. Atos e fatos administrativos. Escrituração. Demonstrações Financeiras.

Objetivo Geral

Analisar o papel da contabilidade como um meio especialmente concebido para registrar e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades.

Referências Bibliográficas Básicas

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009
 NEVES, S. das; VICECONTE, P. E. **Contabilidade básica**. 14. ed. São Paulo: Frase Editora, 2009.
 RIBEIRO, O. M. **Contabilidade básica fácil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

FERREIRA, R. J. **Contabilidade básica**. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2009.
 FIPECAFI/USP. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 2008.
 GONÇALVES, E. C.; BAPTISTA, A. E. **Contabilidade geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.
 RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

Identificação da Componente

Componente Curricular: FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA (60h)	Código: SLAD105
Ementa	
Contexto histórico de surgimento da Sociologia. A centralidade dos fatos na Sociologia. Principais teorias hermenêuticas clássicas da Sociologia. Sociologia referente à temática do campus e curso específicos.	
Objetivo Geral	
Analisar a origem e desenvolvimento da sociologia, utilizando referencial teórico e estabelecendo relações com elementos e temas sociológicos contemporâneos que sirvam de reflexão acerca da realidade e da futura atividade profissional.	

Referências Bibliográficas Básicas
ARON, R. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2008. COHN, G. (Org.). Weber: sociologia . São Paulo: Ática, 1999. DEMO, P. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social . São Paulo: Atlas, 2009. GIDDENS, A. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. WEBER, M. Ensaio de sociologia . Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares
BENTO, F. R. Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios . Jundiaí: Paco Editorial, 2010. BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J., PASSERON, J. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia . Petrópolis: Vozes, 2007. CHAUÍ, M. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2010. GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 2008. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. Sociologia geral . São Paulo: Atlas, 2010. MARX, K. O Capital . São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INSTITUIÇÕES DE DIREITO (60h)	Código: 038301
Ementa	
Conhecimentos sobre ramos do direito público com ênfase no ramo do direito tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais do direito tributário. Estudo e discussão de legislação tributária federal, estadual e municipal e internacional. Direito comercial e sua evolução. Pessoas físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento comercial. Obrigações profissionais do comerciante. Sociedades empresariais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Posse e propriedade. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e concordata.	
Objetivo Geral	
Apresentar conhecimentos e habilidades básicas acerca do ordenamento jurídico brasileiro, bem como seus desdobramentos nos mais diversos institutos e ramos do Direito (tanto privado como público), possibilitando aplicar esses conhecimentos à Ciência Econômica.	

Referências Bibliográficas Básicas
BRANCATO, R. T. Instituições de direito público e de direito privado . São Paulo: Saraiva,

1998.

MACHADO, H. B. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARTINS, S. P. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

DINIZ, M. H. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FAZZIO JUNIOR, W. **Manual de direito comercial**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUSMÃO, P. D. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PINHO, R. R.; NASCIMENTO, A. M. **Instituições de direito público e privado**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

2º Semestre

Identificação da Componente

Componente Curricular: FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL (60h)	Código: SL0039
---	-------------------

Ementa

Formação do povo brasileiro. Sentido da colonização. Economia colonial: ocupação do território, economia do açúcar, economia pecuária e economia da mineração. Economia cafeeira, trabalho livre e a política de valorização do café. A cafeicultura e sua relação com a industrialização do Brasil. Mudança do centro dinâmico. Dinâmica regional até 1930.

Objetivo Geral

Proporcionar ao estudante de Economia a oportunidade de refletir criticamente sobre o movimento de formação da economia brasileira e alguns dos debates existentes na literatura econômica brasileira.

Referências Bibliográficas Básicas

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (Reimpressão de 2010).

Referências Bibliográficas Complementares

ARAÚJO, T. P.; WERNECK VIANNA, S. T.; MACAMBIRA, J. (orgs.). **50 anos de Formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**, v.9, n.4, p. 38-55, out./dez. 1989.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial de São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1977. (Tese de Doutorado). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/>>.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATTOSO, K.Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio**. Campinas: Editora UNESP e Edições FACAMP,

2009.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Reimpressão de 2008).

SAMPAIO Jr., P. S. A. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I (60h)	Código: SL0046
Ementa	
Mercantilismo, fisiocracia. Escola Clássica (Adam Smith; Thomas Malthus; David Ricardo). Utilitarismo (Jean-Baptiste Say; John Stuart Mill; Jeremy Bentham).	
Objetivo Geral	
Capacitar o aluno a avaliar criticamente a Escola Mercantilista, Escola Fisiocrática e Escola Clássica, assim como compreender como tais Escolas do Pensamento Econômico contribuíram para o desenvolvimento do atual patamar da ciência econômica.	

Referências Bibliográficas Básicas
BRUE, S. História do pensamento econômico . São Paulo: Thompson Learning, 2006.
CARNEIRO, R (Org.). Os clássicos da economia . São Paulo: Editora Ática, 2008. (Volumes 1 e 2)
FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico . São Paulo: Atlas, 2001.
HUNT, E. K. História do pensamento econômico : uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
MALTHUS, T. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação práticas . São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).
MILL, J. S. Princípios de economia política : com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas).
OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. História do Pensamento Econômico . São Paulo: Saraiva, 2009.
RICARDO, D. Princípio de economia política e tributação . São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
SAY, J. Tratado de economia . São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).
SMITH, A. A riqueza das nações . São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

Referências Bibliográficas Complementares
BENTHAM, J. Uma introdução aos Princípios da Moral e da Legislação . São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores, Vol. Jeremy Bentham e John Stuart Mill).
DEANE, Phyllis. A Evolução das Idéias Econômicas . Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
GALA, P.; RÉGO, J. M. A história do pensamento econômico como teoria e retórica . São Paulo: Editora 34, 2003.
GALBRAITH, J.K. O Pensamento Econômico em Perspectiva : uma história crítica. São Paulo: Pioneira, 1989.
HUME, David. Escritos sobre Economia . São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas, Vol. Petty, Hume e Quesnay).
MILL, J. S. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela . São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores, Vol. Jeremy Bentham e John Stuart

Mill).

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. 38 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PETTY, William. **Obras Econômicas**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas, Vol. Petty, Hume e Quesnay).

QUESNAY, F. **Quadro econômico dos fisiocratas**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas, Vol. Petty, Hume e Quesnay).

ROLL, Eric. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS DE MATEMÁTICA APLICADA À ECONOMIA (60h)	Código: SL0044
Ementa	
Álgebra matricial. Funções de várias variáveis reais. Equações diferenciais e em diferença. Modelos lineares.	
Objetivo Geral	
Proporcionar ao estudante de Economia as ferramentas necessárias para o acompanhamento dos cursos de teoria econômica (microeconomia e macroeconomia), assim como os cursos de econometria.	

Referências Bibliográficas Básicas
CHIANG, A. Matemática para economistas . Rio de Janeiro: Campus, 2005.
GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade . Porto Alegre: Bookman, 2006.
SIMOM, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas . Porto Alegre: Bookman, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares
BRUNI, A. L.; FAMA, R. Matemática das finanças . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SILVA, F. C. M. ABRAO, M. Matemática básica para decisões administrativas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SILVA, S. M. da. et al. Matemática para economia, administração e ciências contábeis . São Paulo: Atlas, 2010. v. 1.
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia . São Paulo, Cengage Learning, 2008.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MICROECONOMIA I (60h)	Código: SL0042
Ementa	
Teoria do consumidor. Teoria da produção. Teoria dos custos de produção. Concorrência per-	

feita.

Objetivo Geral

Desenvolver os principais conceitos de microeconomia, partindo de pressupostos e modelos teóricos de interpretação neoclássica e tratando essencialmente do comportamento do consumidor, da firma e do mercado.

Referências Bibliográficas Básicas

MANSFIELD, E.; YOHE, G. **Microeconomia**: teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.
 PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 2003.
 VARIAN, H. R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

CABRAL, A. S.; YONEYAMA, T. **Microeconomia**: uma visão integrada para empreendedores. São Paulo: Saraiva, 2008.
 CARNEIRO, R. **Os clássicos da economia**. São Paulo: Editora Ática, 2008.
 PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005.
 PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
 VASCONCELLOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G. **Manual de microeconomia**. São Paulo: Atlas, 2000.

Identificação da Componente

Componente Curricular: HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL GERAL (60h)	Código: SL0002
--	----------------

Ementa

Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Expansão comercial e o desenvolvimento do capitalismo. Revolução Industrial e as transformações sociopolíticas e econômicas. A sociedade e o mundo do trabalho. As Revoluções Americana, Francesa e Russa. Capitalismo e socialismo no século XX.

Objetivo Geral

Compreender as principais linhas de força na história econômica, política e social mundial e problematizar as situações de ruptura e/ou continuidade na dinâmica mundial dos séculos XV ao XXI.

Referências Bibliográficas Básicas

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
 KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. São Paulo: Campus, 1989 (Reimpressão de 2010).
 VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. **História do mundo contemporâneo: da Pax Britannica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
 ARRUDA, J. J. **Nova história moderna e contemporânea**. São Paulo: Ed. Edusc, 2005.
 LESSA, A. C. **História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.
 SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

3º Semestre

Identificação da Componente

Componente Curricular: CONTABILIDADE SOCIAL (60h)

Código:
SL0043

Ementa

Evolução dos conceitos de contabilidade social. Agregados econômicos. Contas nacionais. Análise de insumo-produto. Indicadores e análise conjuntural. Dados estatísticos comparados.

Objetivo Geral

Estudar a mensuração e o registro da atividade econômica de uma nação e/ou região, bem como, das contas monetárias, dos indicadores sociais, dos índices de preços, e, dos coeficientes técnicos da matriz de insumo-produto, etc. Assim, espera-se que o estudante possa compreender os procedimentos através dos quais são obtidos os valores agregados de variáveis econômicas.

Referências Bibliográficas Básicas

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
 FEIJÓ, C.A. **Contabilidade social: a nova referência das Contas Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
 PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**. 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009.
 PARKIN, M. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson/Addison Wesley, 2003
 PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005.
 PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
 SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MICROECONOMIA II (60h)	Código: SL0045
Ementa	
Monopólio. Concorrência monopolística. Oligopólio e teoria dos jogos. Equilíbrio geral e teoria do bem estar. Externalidades e bens públicos.	
Objetivo Geral	
Compreender a abordagem da Teoria Neoclássica sobre o funcionamento dos mercados a partir do individualismo metodológicos e da estática comparativa, identificando as características e o comportamento de estruturas de mercado, de modo que, a partir da avaliação de suas possíveis ineficiências se possa neles intervir visando à eficiência econômica e a promoção do bem-estar.	

Referências Bibliográficas Básicas
MANSFIELD, E.; YOHE, G. Microeconomia : teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006. PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . São Paulo: Makron Books, 2003. VARIAN, H. R. Microeconomia : princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares
BIERMAN, H. S. Teoria dos jogos . São Paulo: Pearson, 2011. CABRAL, A.S.; YONEYAMA, T. Microeconomia : uma visão integrada para empreendedores. São Paulo: Saraiva, 2008. FIANI, R. Teoria dos jogos : com implicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2009. VASCONCELLOS, M. A. S; OLIVEIRA, R. G. Manual de microeconomia . São Paulo: Atlas, 2000.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II (60h)	Código: SL0050
Ementa	
A revolução marginalista: Menger, Jevons, Walras e Marshall. Pensamento macroeconômico antecedente à Teoria Geral de Keynes: Wicksell, Fisher, Keynes, Hayek e Hicks. Debate do Cálculo Econômico Socialista.	
Objetivo Geral	
Compreender o processo de formação de teoria neoclássica tanto no aspecto da Revolução Marginalista quanto da separação entre micro e macroeconomia.	

Referências Bibliográficas Básicas
BRUE, S. História do pensamento econômico . São Paulo: Thompson Learning, 2006. CARNEIRO, R (Org.). Os clássicos da economia . São Paulo: Editora Ática, 2008. (Volumes 1 e 2) FEIJÓ, R. Economia e filosofia na escola austríaca : Menger, Mises e Hayek. São Paulo:

- Nobel, 2000.
- FEIJÓ, R. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GALA, P.; RÊGO, J. M. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- JEVONS, W. S. **A teoria de Economia Política**. Os economistas. Ed. Nova Cultural. 1996.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Os economistas. Ed. Nova Cultural. 1996.
- MARSHALL, A. **Princípios de economia: Tratado Introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
- MENGER, C. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas).
- OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

- AMADEO, E. Teoria e método nos primórdios da macroeconomia: a transição do Tratado para Teoria Geral em Keynes. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, jan-mar, 1986.
- BARBIERI, Fábio. A Retomada do Debate do Cálculo Econômico Socialista: Economia da Informação, Escolha Pública e a Crítica Austríaca. **Est. Econ.**, São Paulo, vol. 42, n.2, p. 401-427, abr.-jun. 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: RECORD, 2000.
- CHIALIATTO-LEITE, M. Teorias da Demanda Efetiva: Keynes, Kalecki e algumas implicações. In: **3º Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2010.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, 2002.
- CURADO, Marcelo Luiz; COSTA, Luciano de Souza; BRENE, Paulo Rogério Alves. Reflexões sobre o método de Keynes: o realismo crítico e a importância da incerteza. In: **XVII ENEP**, 17., 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2030&title=Reflexões+sobre+o+método+de+Keynes:+o+realismo+crítico+e+a+importância+da+incerteza>>.
- DALTO, Fabiano. Do Imaginário ao Real: os dois “mundos” de Irving Fisher, o “Great-Grandparent” de Keynes. In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas**, 2001.
- DEANE, Phyllis (sd). **A Evolução das Ideias Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FEIJÓ, R. Repensando a Revolução Marginalista: uma síntese da recente crítica historiográfica às interpretações do período. **Análise Econômica**, Ano 16, n. 30, set. 1998. P. 23-46.
- FERREIRA, Rui. A análise monetária de Wicksell. **Boletim de Ciências Econômicas**, vol. XXX, 1987.
- FONSECA, Pedro C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, 54 (3), jul/set, 2000.
- HAYEK, F. A. **A arrogância fatal**. Os erros do socialismo. (tradução). The University of Chicago Press, 1988.
- HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. São Paulo. Instituto von Misses Brasil, 2010.
- HICKS, J. R. A suggestion for simplifying the theory of money, **Economica**, New Series, v. 2,

n. 5, p. 1-9, 1935.

HICKS, J.R. **Valor e Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

HUGON, Paul (1986). **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980.

KALECKI, Michail. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

KALECKI, Michal. **As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna**. In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Org.: Miglioli, Jorge. 2ª ed. rev. São Paulo: Hucitec, 1983a. 193p. (Economia & planejamento. Serie teoria contemporânea).

KANG, Thomas. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. **Revista de Economia Política**, vol.31,n.3, jul-set, 2011.

KREGEL, J. Notas sobre “padrões” na obra de Keynes – Tratado e Teoria Geral. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (15)I, 1994.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MAZZUCHELLI, F. Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica.

Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 137-146, jan./jun. 2003.

MISES, Ludwig. **Ação Humana Um Tratado de Economia**. São Paulo: Instituto von Mises Brasil, 2010.

MISES, L. **O cálculo econômico sob o socialismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2012.

OLIVEIRA, F. A. Irving Fisher: do equilíbrio neoclássico à crise do subprime. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. V. 8. Nº 15. Jul/dez 2013.

PRADO, E. F. S. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. **Nova Economia**. Belo Horizonte. 16(2) 303-322. Maio/ago 2006. 13.

RIBEIRO DE JESUS, Jorge. A Economia de John Maynard Keynes: Uma Pequena Introdução. **Textos de Economia**, Florianópolis, 14, n.1, p.118-137, jan./jun.2011.

ROLL, Eric. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Os economistas. Ed. Nova Cultural. 1996.

SILVA, Antonio Carlos Macedo e. **Detalhes Extraviados e Ausências Conspícuas: do Treatise à General Theory** (mimeo).

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Os Economistas. Ed. Nova Cultural. 1996.

WICKSELL, K. **Lições de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WICKSELL, K. The influence of rate of interest on prices, **The Economic Journal**, v. 17, n. 66, p. 213-220, 1907.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MATEMÁTICA FINANCEIRA (60h)	Código: 037106
Ementa	
Regime de juros simples. Regime de juros compostos. Noções sobre anuidades e empréstimos. Inflação. Atualização de ativos monetários.	
Objetivo Geral	
Trabalhar com conceitos financeiros fundamentais, priorizando o regime de capitalização que	

mais se aproxima da realidade. Abrange os regimes de juros simples e composto, os diferentes tipos de taxa de juros, as noções fundamentais sobre anuidades e empréstimos, o fenômeno inflacionário e a atualização de ativos monetários.

Referências Bibliográficas Básicas

BRUNI, A. L.; FAMA, R. **A matemática das finanças**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008
 MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M. **Matemática financeira**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009
 PUCCINI, A. **Matemática financeira**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

CASTANHEIRA, N. **Matemática financeira e análise financeira**. Curitiba: Juruá, 2009
 CHIANG, A. **Matemática para economistas**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
 GIANNETTI, E. **O valor do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
 HAZZAN, S. **Matemática financeira**. 6ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007
 ZENTGRAF, W. **Manual de operações da calculadora financeira**: operações aritméticas, comerciais, de calendário, estatísticas e financeiras; análise de investimentos e práticas de mercado. São Paulo: Atlas, 2007.

4º Semestre

Identificação da Componente

Componente Curricular: ESTATÍSTICA (60h)

Código:
ADM004

Ementa

Conceitos de estatística. Fases do levantamento estatístico. População e amostra. Distribuição de frequências. Representação gráfica e tabelas. Medidas de tendência central e de dispersão. Noções de probabilidade. Distribuições teóricas de probabilidade. Amostragem. Inferência estatística.

Objetivo Geral

Analisar e desenvolver conhecimentos estatísticos, aplicando habilidades quantitativas em diversos fenômenos das ciências sociais.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.
 BARROW, M. **Estatística para economia, contabilidade e administração**. São Paulo: Ática, 2007.
 HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2008.
 BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 DOWNING, D.; CLARK, J. **Estatística aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2008.
 FREUND, J. **Estatística aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2007.
 LARSON, R. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson, 2010.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MICROECONOMIA III (60h)	Código: SL0048
Ementa	
Introdução. Abordagens Estática e Dinâmica da Concorrência em Oligopólio. Teoria Evolucionária. Economia Institucional. Tomada de Decisão.	
Objetivo Geral	
Abordar escolas de pensamento econômico heterodoxas, definindo suas principais contribuições ao entendimento da firma e das estruturas de mercados concentradas; a dinâmica econômica a partir da inovação tecnológica e dos processos de aprendizagem; e as interações estabelecidas entre os âmbitos micro e macroeconômico na perspectiva da economia institucional.	

Referências Bibliográficas Básicas
FREEMAN, C.; SOETE, L. A economia da inovação industrial . São Paulo: Editora Unicamp, 2008.
KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial : fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002
NELSON, R; WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança tecnológica . São Paulo: Editora UNICAMP, 2000.
PENROSE, E. A teoria do crescimento da firma . São Paulo: Editora UNICAMP, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares
GUIMARÃES, E. A. Acumulação e crescimento da firma . Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
NELSON, R. As Fontes do crescimento econômico . São Paulo: Editora Unicamp, 2006.
ROBINSON, J. Concorrência imperfeita reexaminada . In: ROBINSON, J Contribuições à Economia Moderna. Ed. Zahar, 1977, cap. 15, p. 198-214;
ROSENBERG, N. Por dentro da caixa-preta : Tecnologia e economia. São Paulo: Editora Unicamp, 2006
SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico . São Paulo: Nova Cultural, 1997.
TIGRE, P.B. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. Revista de Economia Contemporânea , n.3, jan-jun, p. 67-111, 1998.
ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (orgs.). Economia & gestão dos negócios agroalimentares . São Paulo: Pioneira, 2000.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MACROECONOMIA I (60h)	Código: SL0049
Ementa	
Introdução à macroeconomia. Modelos clássico, keynesiano, kaleckiano e neoclássico da determinação da produção, da renda e do emprego. As políticas fiscal e monetária. A oferta agregada e a demanda agregada. O mercado de trabalho. A curva de Phillips e a lei de Okun. O papel das expectativas. A abordagem novo-clássica, a teoria dos ciclos reais e a abordagem novo-keynesiana. A nova síntese neoclássica.	
Objetivo Geral	

Apresentar a teoria macroeconômica de curto e médio prazo sobre a determinação do emprego e produção numa economia fechada.

Referências Bibliográficas Básicas

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
 DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**. 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009.
 FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
 LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S.(orgs) **Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário**. Equipe de Professores da FEA- USP. Editora Atlas, 2008.
 MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2010.
 POSSAS, M L.; BALTAR, P. E. A. O modelo de ciclo econômico de Kalecki. **Revista de Econometria**, 1983. Disponível em:
bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/3154/205
 SACHS, J. D; LARRAIN, F. B. **Macroeconomia: uma economia global**.São Paulo: Pearson, 1997.
 SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Identificação da Componente

Componente Curricular: ECONOMIA POLÍTICA (60h)	Código: SL0061
--	-------------------

Ementa

A crítica de Marx à economia política. O materialismo histórico e dialético. O processo de produção do capital: mercadoria e dinheiro, a transformação do dinheiro em capital, a produção da mais valia absoluta, a produção da mais valia relativa, o salário, o processo de acumulação do capital. Fetichismo e reificação. Reprodução e as condições históricas da acumulação.

Objetivo Geral

Desenvolver competências que permitam ao acadêmico utilizar-se tanto do materialismo histórico e dialético quanto da teoria econômica de Marx; Oferecer um referencial teórico e metodológico que permita ao acadêmico compreender a crítica do funcionamento do modo de produção capitalista, além de uma análise dos modos de produção e das relações sociais de produção.

Referências Bibliográficas Básicas

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
 MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
 NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. 38 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
 MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)

Referências Bibliográficas Complementares

- BOTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- BECKER, J. F. **Economia Política Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BIDET, J. **Explicação e Reconstrução do Capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BORGES NETO, J. M. Por que o duplo caráter do trabalho é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política? **Revista de Economia (UFPR)**, Volume 34, número especial, pp. 111-129, 2008.
- BRUE, S. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thompson Learning, 2006.
- CIPOLLA, F. P. Os Limites da Participação dos Trabalhadores nos Ganhos das Empresas. **Revista de Economia Política**, vol. 27, no 4 (108), pp. 616-632, 2007.
- CORAZZA, Gentil (Org). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CORAZZA, Gentil. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. **Revista de Economia**, Curitiba, v.35, n.2, p.107-135, maio/ago 2009.
- CORAZZA, Gentil. **O Todo e as Partes: uma Introdução ao Método da Economia Política**. DECON/UFRGS. Texto Didático 10. Porto Alegre. Outubro 1996. 13p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon>. Acesso em 20/02/2015.
- COUTINHO, Maurício C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec 1993.
- DE BRUNHOFF, S. **A Moeda em Marx**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- GALBRAITH, J.K. **O Pensamento Econômico em Perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GORENDER, J. **Apresentação de O Capital, Livro 1**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- GORENDER, J. **Introdução de Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo, Nova Cultural, 1983
- GRESPLAN, J. As formas da mais-valia. **Crítica Marxista**, v. 33, p. 9-30, 2011.
- GRESPLAN, J. Marx crítico da teoria clássica do valor. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 12, p. 59-76, 2001.
- HARVEY, D. **Para Entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HYMER, S. Robinson Crusoe e o segredo da acumulação primitiva. **Literatura Econômica**, v. 5 n. 5, set/out 1983.
- MALDONADO FILHO, E. **A base econômica do socialismo de Marx**. Texto para Discussão nº 94/09, Curso de Pós-graduação em Economia/UFRGS, Porto Alegre, 1994.
- MARX, K. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo, Nova Cultural, 1983.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 2. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3, tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MATTEI, L. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.271-294, 2003.
- SAAD FILHO, Alfredo. Teoria Marxista do Valor: Uma Introdução. In: **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 21, vol. 40, p. 159-178. Setembro, 2003.
- SAAD FILHO, Alfredo. Valores e preços de produção: uma releitura de Marx. In: **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 18, vol. 36, p. 5- 24. Setembro, 2001.
- SWEEZY, P. **A Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo, Nova Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

5º Semestre

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MACROECONOMIA II (60h)	Código: SL0051
Ementa	
Regimes cambiais. Macroeconomia aberta: Modelo IS-LM-BP. A macroeconomia aberta sob a ótica da nova síntese neoclássica. O modelo da demanda agregada e da oferta agregada numa economia aberta. O Modelo de ultrapassagem cambial (<i>overshooting</i>). Macroeconomia aberta e interdependência em uniões monetárias. Crescimento econômico: poupança, acumulação e progresso tecnológico. Os modelos de crescimento com avanço tecnológico exógeno (Solow) e os com avanço tecnológico endógeno.	
Objetivo Geral	
Construir conjuntamente aos discentes a análise da macroeconomia aberta.	

Referências Bibliográficas Básicas
BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia . 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009.
FROYEN, R. T. Macroeconomia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares
KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia internacional: teoria e política . São Paulo: Pearson Education, 2010.
JONES, C. Introdução à teoria do crescimento . Rio de Janeiro: Campus, 2014.
LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S.(orgs) Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário . Equipe de Professores da FEA- USP. Editora Atlas, 2008.
MANKIW, N. G. Macroeconomia . 7. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2010.
SACHS, J. D; LARRAIN, F. B. Macroeconomia: uma economia global . São Paulo: Pearson, 1997.
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

Identificação da Componente	
Componente Curricular: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (60h)	Código: SL0052
Ementa	
Principais questões do desenvolvimento econômico: desenvolvimento e crescimento econômico, desenvolvimento econômico e a trajetória dependente, o caráter político do desenvolvimento econômico, economia e ética, modernização e progresso, o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Os pioneiros do desenvolvimento; Cepal; Teoria da dependência e o desenvolvimento associado. Desenvolvimentismo no Brasil. O desenvolvimento econômico em uma perspectiva histórica. A abordagem institucional. O desenvolvimento autônomo. O desenvolvimento econômico e a questão ambiental. Desenvolvimento humano e as minorias: questões étnicas, raciais e de gênero.	
Objetivo Geral	
Refletir criticamente sobre o processo de desenvolvimento ressaltando que a Economia não deve se restringir a análise da geração e distribuição da riqueza.	

Referências Bibliográficas Básicas

CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP. 2004.

SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras. 2006.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas. 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica**. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp e Edusp, 2001.

BIANCHI, A.M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v.16, n.2, p.131-150, ago., 2007.

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**, v. 9, n.4. 1989.

BRANDÃO, C. A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento. [mimeo], 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão EESP/FGV. 2008.

CARDOSO, F.H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, v.15, n.4, out-dez, p.148-155, 1995.

CARNEIRO, R.M. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, v.21, número especial, p. 749-778, dez. 2012.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n. 28-29, 1993.

FONSECA, P.C.D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, v.15, n.2, p.225-256, 2004.

FURLANETTO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política**, v.16, n. suplementar, p.55-67, 2008.

GUMIERO, R.G. **Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado**. Dissertação (Mestrado). 144 fls. 2011. Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política. Centro de Educação em Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

HOFF, D.N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders** : a proposição de uma estrutura analítica. 2008. 425 f. il. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2008.

HOFF, D.N. **Método estruturalista e enfoque histórico estruturalista da CEPAL**. Texto para Discussão. NERU, IEUFU, 2014.

MALUF, R.S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, out., p.53-86, 2000.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Boletín Económico de América Latina**, v.7, n. 1, 1962.

RADOMSKY, G.F.W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **RBCS**, v.26, n.75, fev..p.149-193, 2011.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental. **Análise Econômica**, v.9, n.16, set., p.141-152, 1991.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.cap. 2, p. 47-64.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. cap. 3. p. 69-109.

SANTOS, T. **A teoria da dependência**: um balanço histórico e teórico. In: Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos, 1998.

SEN, A. Comportamento econômico e sentimentos morais. **Lua Nova**, n.25, p.103-130, 1992.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. cap.1 e 2.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v.18, n. 51, p. 7-22, 2004.

SILVA, D.F.R. **A construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado). 96 fls. 2005. Programa de Pós-Graduação em Economia. Departamento de Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: METODOLOGIA DA ECONOMIA (60h)	Código: SL4032
Ementa	
O positivismo em Economia. A questão da confirmação e do falseacionismo em Economia. O instrumentalismo de Friedman. Os paradigmas e as revoluções em Economia. A retórica na Economia. O pluralismo metodológico.	
Objetivo Geral	
Discutir alguns dos debates metodológicos e epistemológicos que tem acontecido em economia, para que o discente possa compreender melhor o movimento da disciplina desde o período pós-positivista até a atual década.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CORAZZA, G. (Org.) Métodos da ciência econômica . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.	
FEIJÓ, R. Metodologia e filosofia da ciência . São Paulo: Atlas, 2003.	
GALA, P.; REGO, J. M. (Orgs.) A história do pensamento econômico como teoria e retórica . São Paulo: Editora 34, 2003.	

Referências Bibliográficas Complementares
CALDWELL, B. J. Does methodology matter? How should it be practiced? Finnish Economic Papers , v. 3, n. 1, p. 64-71, 1990. Disponível em: < http://taloustieteellinenyhdistys.fi/images/stories/fep/fl1990_1g.pdf >.
KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas . São Paulo: Perspectiva, 2009.
LEONARD, R. Ethics and the excluded middle: Karl Menger and social science in Interwar Vienna. Isis , v. 89, n. 1, p. 1-26, 1998.
MARIN, S. R.; FERNANDEZ, R. G. O pensamento de Karl Popper: as diferentes interpretações dos metodólogos da ciência econômica. Análise Econômica , v. 22, n. 41, p. 155-177, 2004.
PRADO, E. F. S. Um saber que não sabe: instrumento de previsão. Análise Econômica , v. 8, n. 14, p. 105-121, 1990.
VIEIRA, J. G. S., FERNANDEZ, R. G. A estrutura das revoluções científicas na economia e a revolução keynesiana. Estudos Econômicos , v. 36, n. 2, p. 355-381, 2006.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMETRIA I (60h)	Código: SL0053
Ementa	
Análise de Regressão. O modelo clássico de regressão linear simples e múltipla e suas hipóteses básicas. Estimadores de mínimos quadrados ordinários e suas propriedades. Intervalos de confiança e teste de hipóteses. Regressão com variáveis binárias.	
Objetivo Geral	
Aplicar métodos matemáticos e estatísticos a problemas de economia.	

Referências Bibliográficas Básicas
GUJARATI, D. Econometria básica . Rio de Janeiro: Campus, 2006.
HOFFMANN, R. Análise de regressão: uma introdução à econometria . 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Thomson Learning, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares
BUENO, R. L. S. Econometria de séries temporais . São Paulo, Cengage Learning, 2011.
BUSSAB, W. O. MORETTIN, P. A. Estatística básica . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
HILL, C; GRIFFITHS, W; JUDGE, G. Econometria . São Paulo: Saraiva, 2000.
HOFFMANN, R. Estatística para economistas . São Paulo: Atlas, 2000.
MADDALA, G. S. Introdução à econometria . Rio de Janeiro: LTC, 3.ed. 2003.

6º Semestre

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA INTERNACIONAL I (60h)	Código: SL0024
Ementa	
Teorias e modelos de comércio internacional. Política comercial e desenvolvimento econômico. Taxas de câmbio e macroeconomia aberta.	
Objetivo Geral	
Desenvolver nos alunos a compreensão da dinâmica da economia mundial através do conhecimento dos principais modelos de comércio internacional, das políticas de comércio exterior e seus impactos no crescimento e desenvolvimento de uma nação.	

Referências Bibliográficas Básicas
BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia internacional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Pearson Education, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

CAVES, R.; FRANKEL, J.; JONES, R. **Economia internacional: economia e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DE CONTI, B. M. **Regimes cambiais em países emergentes: a experiência brasileira recente (1994-2006)**. Campinas: UNICAMP, 2007 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/>>.

GONÇALVES, R. **Economia política internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.

PRATES, D. M. **Crisis financeiras nos países emergentes: uma interpretação heterodoxa**. Campinas: UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/>>.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, J. L. **A integração econômica internacional na era da globalização**. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

Identificação da Componente

Componente Curricular: ECONOMETRIA II (60h)

Código:
SL0057

Ementa

Violação das hipóteses básicas do modelo clássico de regressão linear. Modelos de equações simultâneas. Tópicos em econometria. Modelos de escolha qualitativa. Modelos de regressão com dados em painel. Modelos econométricos dinâmicos. Econometria de séries tempo.

Objetivo Geral

Aplicar métodos matemáticos e estatísticos a problemas de economia.

Referências Bibliográficas Básicas

GUJARATI, D. **Econometria básica**, Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HOFFMANN, R. **Análise de regressão: uma introdução a econometria**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

WOOLDRIDGE, J. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

BUENO, R. L. S. **Econometria de séries temporais**. São Paulo, Cengage Learning, 2011.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 7. Ed, 2011.

HILL, C; GRIFFITHS, W.; JUDGE, G. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 2000.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Atlas, 2000.

MADDALA, G. S. **Introdução à econometria**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA REGIONAL (60h)	Código: SL0056
Ementa	
<p>O pensamento neoclássico na economia regional. O surgimento da economia regional: a teoria da Localização (Lösh), a teoria do multiplicador (base econômica), a análise interindustrial de insumo-produto. Abordagens recentes: a teoria do crescimento regional (Richardson), a teoria dos polos de crescimento (Perroux), a contabilidade regional (Stone), os modelos gravitacionais, a análise espacial (microeconomia espacial), a teoria da difusão espacial de inovações, de tecnologia, de bens e serviços e de fatores de produção. Espaço, região e nação. Critérios de regionalização. Mobilidade de mão de obra e de capital. A difusão tecnológica e do conhecimento.</p>	
Objetivo Geral	
<p>Oferecer um referencial teórico e metodológico que permita ao acadêmico compreender o desenvolvimento econômico regional, destacando as conseqüentes mudanças estruturais no âmbito do desenvolvimento nacional e regional.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CRUZ, B. O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L. M.; RODRIGUES JR., W. (Orgs.). Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.</p> <p>MARCHI, J. J. et al. Plano estratégico de desenvolvimento da Região Fronteira Oeste. Passo Fundo: Passografic, 2010.</p> <p>SOUZA, N. J. Desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas. 2009.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.aedb.br/faculdades/eco/ano4/Economia_Regional_e_Urbana.pdf></p> <p>DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 203-233, 1996. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/>.</p> <p>RODRIGUES, D. A. Cenários de Desenvolvimento Regional. Revista do BNDES, n. 7, 1997. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev710.pdf>.</p> <p>SIMÕES, R. Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. Texto para Discussão – CEDEPLAR, n. 259, 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20259.pdf>.</p>	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MACROECONOMIA III (60h)	Código: SL0062
Ementa	
A determinação do emprego e da renda em Keynes e o princípio da demanda efetiva. Incerteza probabilística e incerteza keynesiana. A teoria do consumo e do investimento. Demanda por moeda, preferência pela liquidez, as taxas de juros e a escolha por ativos. Criação endógena de moeda. A hipótese da instabilidade financeira de Minsky.	
Objetivo Geral	
Estudar a abordagem keynesiana e pós-keynesiana da macroeconomia dando destaque especial ao papel da demanda efetiva, a incerteza, o tempo e à economia monetária da produção.	

Referências Bibliográficas Básicas
COSTA, F. N.da. Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista . São Paulo: Makron Books, 1999. Disponível em: < https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2012/01/fernando-nogueira-da-costa-economia-monetc3a1ria-e-financeira-apresentac3a7c3a3o.pdf >.
FROYEN, R. T. Macroeconomia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego do juro e da moeda . São Paulo: Atlas, 1982.
MINSKY, H. P. Estabilizando uma economia instável . São Paulo: Novo Século, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares
CARVALHO, F. C. Da síntese neoclássica à redescoberta de Keynes. Análise Econômica . v.6, n.9, 1988. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10286 .
CATÃO, L. Do tratado sobre probabilidade à Teoria Geral: o conceito de racionalidade em Keynes. Revista de Economia Política . v.12,n.1,1992. Disponível em: http://www.rep.org.br/PDF/45-5.PDF .
FERRARI FILHO, F. Os "Keynesianos" Neoclássicos e os Pós Keynesianos. Ensaio FEE . v.12,n.2,p.340-348, 1991. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1452/1816
_____. "Keynesianos", monetaristas, novos-clássicos e novos keynesianos: uma crítica pós keynesiana Ensaio FEE .v.17,n.2,p.78-101,1996. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1876/2249 .
_____. Keynes e a atualidade da teoria keynesiana. v.15,n.28,1997. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10544 .
FERREIRA, A. N.. Keynes em aparato de Equilíbrio e Desequilíbrio Geral. Texto para Discussão, IE/UNICAMP. n. 234. 2014. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3348&tp=a .
KING, J. E. A Brief Introduction to Post Keynesian Macroeconomics. Jahrgang. 2013. Disponível em: http://wug.akwien.at/WUG_Archiv/2013_39_4/2013_39_4_0485.pdf .
MINSKY, H.P. A hipótese da instabilidade financeira. Revista Oikos , Rio de Janeiro, v.8,n.2. p. 303-320, 2009.
_____. John Maynard Keynes . McGraw-Hill. 2008.
_____. Integração Financeira e Política Monetária. Economia e Sociedade . n.3,p.21-36. 1994. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=414&tp=a

OREIRO, J. L. “O debate entre Keynes e os clássicos sobre os determinantes da taxa de juros”. **Revista de Economia Política**, 20(2): 95-199, 2000. Disponível em:

<http://www.rep.org.br/PDF/78-6.PDF>.

POSSAS, M. L. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro. v.16,n.2,p.205-308;1986.

_____. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: A atualidade de Kalecki para a Teoria Macroeconômica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.3,n.2,p.17-46.

1999. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%203/REC_3.2_02_Demanda_efetiva_investimento_e_dinamica_a_atualidade_de_kalecki.pdf.

POSSAS, M. L. BALTAR, P. E. A. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v.11,n.1.p.107-160. 1981. Disponível em:

<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/447/390>

_____. O modelo de ciclo econômico de Kalecki. **Revista de Econometria**. 1983. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/3154/205

SOBREIRA, R. Eficiência, desregulamentação financeira e crescimento econômico: uma abordagem pós keynesiana. **Análise Econômica**. v.33, 2000. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10638/6273>.

SILVA, A. C. M. **Macroeconomia sem equilíbrio**: dois ensaios e um livro-texto. Campinas: UNICAMP, 1994. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/>>.

WRAY, L. R. O novo capitalismo dos gerentes de dinheiro e a crise financeira global. **Oikos**. v.8,n.1,2009. Disponível em: www.revistaoikos.org

7º Semestre

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA INTERNACIONAL II (60h)	Código: SL0029
Ementa	
Arranjo internacional sob o padrão-ouro. Economia internacional no período entre-guerras. A grande depressão. Reorganização internacional e o regime de Bretton-Woods. Choque do petróleo e estagflação. A crise da dívida. Liberalização financeira e comercial e a globalização. As formas de integração de Ásia e América Latina na globalização. O papel da China e dos EUA na ordem econômica mundial contemporânea.	
Objetivo Geral	
Possibilitar ao aluno a análise crítica do sistema econômico mundial pós-Segunda Guerra Mundial, suas dinâmicas e transformações, especialmente a partir do pós-Guerra Fria.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BATISTA JR., Paulo N. Da crise internacional à moratória brasileira . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.	
BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaio sobre o capitalismo no século XX . São Paulo: UNESP, 2004.	
EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital : uma história do sistema monetário	

internacional. São Paulo: Ed. 34.
 FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

CARVALHO, Maria Auxiliadora; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
 CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, Ronald. **Economia internacional: economia e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001.
 KRUGMAN, Paul; OBSTEFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Pearson Education, 2010.
 MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo: política e economia no entreguerras**. São Paulo: UNESP, 2009.
 TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.) **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Identificação da Componente

Componente Curricular: ECONOMIA BRASILEIRA I (60h)

Código: SL0063

Ementa

Café, industrialização e mudança do centro dinâmico. O processo de industrialização e suas interpretações. O avanço da industrialização sob Getúlio. O Plano de Metas. A crise dos anos 1960. O PAEG. O milagre econômico. O II PND.

Objetivo Geral

Desenvolver competências que permitam ao discente compreender a dinâmica da economia brasileira entre 1880 e 1980, com destaque para o Processo de Industrialização por Substituição de Importações - ISI (1930-1980).

Referências Bibliográficas Básicas

ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
 CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
 GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea: 1945/2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

BATISTA JR., P. N. **Da crise internacional à moratória brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
 MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. 11. ed. Campinas: Editora UNESP e Edições FACAMP, 2009.
 RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (Reimpressão de 2010).

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA MONETÁRIA (60h)	Código: SL0055
Ementa	
Conceitos fundamentais e aspectos históricos da moeda. Oferta de moeda. Política monetária e o banco central. Teorias da demanda de moeda. Teorias monetárias. Moeda e inflação.	
Objetivo Geral	
Desenvolver os principais conceitos de uma economia monetária e do sistema bancário.	

Referências Bibliográficas Básicas
CARVALHO, F. J. C. de et al. Economia monetária e financeira: teoria e política . 2. ed. ampliada. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
FROYEN, R. T. Macroeconomia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. Economia monetária . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares
BARBOZA, R. M. Taxa de juros e mecanismo de transmissão da política monetária no Brasil . Revista de Economia Política, Vol. 35, nº1 (138), p.p. 133-155, 2015. Disponível em: < http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=35&mes=1 >.
BERRIEL, T.; CARVALHO, C. V.; IHARA, R. Que regime monetário-cambial? In: BORGES, M. K. Vinte anos de política monetária no Brasil: da âncora cambial às metas de inflação . Porto Alegre: UFRGS, 2015 (Monografia de Graduação). Disponível em: < http://hdl.handle.net/10183/130328 >.
CASTRO, L. P. C. Regime de metas para inflação: o caso brasileiro e a importância da credibilidade na determinação das expectativas . Rio de Janeiro: PUC, 2012 (Monografia de Graduação). Disponível em: < http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/1625 >.
GARCIA, M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). Risco e Regulação: porque o Brasil enfrentou bem a crise financeira e como ela afetou a economia mundial . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Org.) Propostas para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
PASTORE, A. C. Inflação e Crises: o papel da moeda . 1 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
PICHETTI, P. A previsibilidade da Inflação no Brasil. In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Org.) Ensaio IBRE de economia brasileira II . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
PINHEIRO, A. C. (Org.) Ensaio IBRE de economia brasileira I . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
SAYAD, J. Dinheiro, Dinheiro: Inflação, desemprego, crises financeiras e bancos . São Paulo: Porfolio Penguin, 2015.
SENNA, J.J. A política monetária no Brasil antes e depois da crise. In: BONELLI, R.; SILVEIRA, B. R. Regime de metas para inflação: no período pré e pós crise de 2008 . Rio de Janeiro: PUC, 2012 (Monografia de Graduação). Disponível em: < http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/1539 >.
SINIGAGLIA, D.; TEIXEIRA, N. Desafios para a consolidação do regime de metas de inflação no Brasil. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. Propostas para o Governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
SZMIDT, H. Política monetária e estimação de uma regra de Taylor para o Brasil (2000-2014) . Porto Alegre: UFRGS, 2015 (Monografia de Graduação). Disponível em: < http://hdl.handle.net/10183/130340 >.

VIEIRA, S. J. C. **A inércia na política monetária brasileira no regime de metas para inflação**. Viçosa: UFV, 2012 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3271>>.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: TCC I (180h)	Código: SL0059
Ementa	
O processo de pesquisa. Planejamento da pesquisa. Técnicas de pesquisa em Economia. Construção do projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC I). Normativas sobre projeto e trabalho de curso. Normas ABNT.	
Objetivo Geral	
Proporcionar aos discentes elementos metodológicos da pesquisa científica, apresentando as regras formais para confecção do projeto de conclusão de curso.	

Referências Bibliográficas Básicas
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: 1996.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares
AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: NBR 6023. Rio de Janeiro: 2000.
CORAZZA, G. (org.) Métodos da ciência econômica . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
FEIJÓ, R. Metodologia e filosofia da ciência . São Paulo: Atlas, 2003.
GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 1996.

8º Semestre

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA BRASILEIRA II (60h)	Código: SL0058
Ementa	
A crise da década de 1980 e a aceleração inflacionária. Planos de estabilização econômica. A abertura econômica e a inserção brasileira na globalização. Plano Real, estabilização e crises (1994-2002). Processo de retomada do crescimento e reação à crise internacional (2003-2011). A questão da desindustrialização.	
Objetivo Geral	
Compreensão por parte do discente das radicais transformações da economia brasileira a	

partir do fim do Processo de Industrialização por Substituição de Importações (1980-2011).

Referências Bibliográficas Básicas

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
 GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea: 1945/2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.
 FERREIRA, J. M. R.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea - uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

ABREU, M. P. (Org.) **A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
 BATISTA JR., P. N. **Da crise internacional à moratória brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 CASTRO, A.B.; SOUZA, F.E.P. **A economia brasileira em marcha forçada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Identificação da Componente

Componente Curricular: TCC II (180h)

Código:
SL0060

Ementa

Execução da pesquisa elaborada em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). Redação e formatação.

Objetivo Geral

Executar e concluir o projeto de trabalho de curso desenvolvido na componente curricular de TCC I, apresentando à banca de avaliação como requisito para conclusão do curso.

Referências Bibliográficas Básicas

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
 FEIJÓ, R. **Metodologia e filosofia da ciência**. São Paulo: Atlas, 2003.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

AQUINO, I. S. **Como ler artigos científicos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Referências bibliográficas: NBR 6023**. Rio de Janeiro: 2000.
 GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
 GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

2.3.5. Flexibilização curricular

A flexibilização curricular está contemplada no curso de Ciências Econômicas. De um lado, pelo caráter eclético da formação do aluno, de outro, pelos componentes curriculares que contêm. As atividades complementares de Graduação (ACGs) permitem igualmente a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso. Outras atividades acadêmicas permitem ampliar e flexibilizar a formação do aluno; são exemplos: os grupos de pesquisa existentes, espaço de pesquisa que possibilita a troca de experiências, leituras e formações teóricas; e os seminários de economia, evento que disponibiliza a apresentação de trabalhos tanto de docentes do *campus*, como de pesquisadores de outras instituições, ambos ofertados com periodicidade pelo curso.

A flexibilização do currículo também ocorre por meio dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs). Sendo assim, a interdisciplinaridade surge na formação do aluno tanto no componente curricular obrigatório, quanto na oferta de CCCGs. No primeiro, através da interação entre os componentes do próprio curso e, no segundo, na possibilidade que os CCCGs proporcionam ao aluno em termos de flexibilização de sua formação.

Os CCCGs propiciam aos acadêmicos e aos docentes o reforço no tratamento de questões pertinentes à realidade socioeconômica e sobre o exercício da transversalidade e multidisciplinaridade do conhecimento. Exercita-se, assim, a reflexão crítica sobre a aplicabilidade e adequação da teoria econômica e de seus instrumentais analíticos e metodológicos para a interpretação da realidade, visando à reflexão sobre os limites do próprio conhecimento econômico e o entendimento e busca de novas aprendizagens. Dessa forma, estimula-se a formação do conhecimento compartilhado pelo processo de aprendizagem coletivo e adaptado aos contextos locais, bem como salienta-se a importância dos valores e saberes sociais e culturais múltiplos na constituição do pensamento econômico.

Em particular, as questões étnico-raciais são tratadas de forma transversal nos componentes curriculares quando pertinente e relacionado ao tema, e de forma direta no componente Desenvolvimento Econômico.

Os CCCGs não serão ofertados permanentemente e sua quantidade poderá variar a cada semestre. Esta estrutura permite ao acadêmico direcionar seus estudos para a área de seu interesse, complementando conteúdos curriculares e aprofundando a pesquisa.

3. RECURSOS

Os recursos de que trata este capítulo do PPC envolvem o corpo docente, o corpo discente e a infraestrutura do *campus* Santana do Livramento.

3.1. CORPO DOCENTE

O perfil almejado do docente da UNIPAMPA construído por todos os professores da instituição no II Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária, realizado em Santana do Livramento, de 17 a 19 de fevereiro de 2009 espera um educador com alta titulação, com uma sólida e qualificada formação acadêmica, dimensionada no conhecimento específico e nos estudos interdisciplinares da profissionalidade requerida. Tem comprometimento com a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, inserido na região do pampa, em sua diversidade cultural, atuando como potencializador das relações socioeconômicas e do desenvolvimento sustentável. Com postura ética e autonomia intelectual, participa com criticidade da missão da Universidade, fortalecendo sua permanente construção (PI, 2009).

Nesse sentido, tendo esse perfil de professor construído na instituição, fica claro que a UNIPAMPA valoriza os processos de reflexão docente. Oportuniza espaços de planejamento e reflexão sobre as práticas docentes, bem como estudos de questões pedagógicas buscando oferecer ensino de qualidade.

Sendo assim, conta com o Programa de Desenvolvimento Profissional Docente, o qual é uma proposta de formação continuada dos professores. O referido programa envolve três grupos de trabalho: Professores ingressantes, Professores Estáveis e Coordenadores de curso. Cada grupo recebe orientações conforme suas necessidades e diferentes peculiaridades.

Esse programa conta com o “seminário dos docentes”, já citado anteriormente. Essa atividade acontece anualmente sendo um encontro de todos os professores da instituição com atividades de formação, reflexão, integração e trocas de experiência. Todo o trabalho de atendimento pedagógico é realizado em cooperação entre a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional de cada *campus*. Tal núcleo é composto no *campus* de Santana do Livramento pela Técnica em Assuntos Educacionais, Pedagoga e Assistente Social, as quais executam atividades de atendimento, acompanhamento e assessoramento a docentes e discentes. Além disso, o corpo docente também conta com o apoio dos coordenadores de curso e Coordenador Acadêmico.

Dessa forma, o trabalho dos professores do curso de Ciências Econômicas está

respaldado e apoiado pela política da universidade. É importante destacar que existe ainda a possibilidade de compartilhamento de docentes com outros *campi*, conforme necessidade e interesse do curso e da instituição.

O quadro 6 abaixo traz a lista dos docentes que compõem a comissão do curso de Ciências Econômicas em fevereiro de 2012. Conforme já explicado, ela é composta pelos docentes que ministraram componentes curriculares no curso ao longo dos últimos 12 meses.

Quadro 6 – Docentes da Comissão do Curso

Nome	Formação
Ana Luiza de Souza Soares	Bacharel em Ciências Econômicas, UFSC(1994); Mestre em Economia,UFBA (1997); Doutoranda em Desenvolvimento Rural, UFRGS (em curso).
Ana Monteiro Costa	Bacharel em Ciências Econômicas, PUCRS (2004); Mestre em Desenvolvimento Rural, UFRGS (2006); Doutora em Economia, UFRGS (2010).
Avelar Batista Fortunato	Bacharel em Ciências Econômicas, UNIPLAC (1982); Especialista em Economia de Empresas, UFSC (1993); Doutor em Administração Educacional, Universidade Concórdia (2001).
Carolina Freddo Fleck	Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas, UFSM (2005); Especialista em Comunicação Empresarial, UNISC (2006); Mestre em Administração, UFSM (2008); Doutora em Administração, UFRGS (2012).
Carlos Hérnan Rodas Céspedes	Bacharel em Ciências Econômicas, UEM (1983); Mestre em Economia de Empresas, FGV-SP (1992); Doutorando em Economia do Desenvolvimento, PUCRS (em curso)
Eduardo Angeli	Bacharel em Economia, USP (2004); Mestre em Economia, UNICAMP (2007); Doutor em Economia, UNICAMP (2012).
Hector Cury Soares	Bacharel em Direito, UFPel (2007); Mestre em Direito, UNISINOS (2011); Doutorando em Direito, UFRGS (em curso).
Gleicy Denise Vasques Moreira Santos	Bacharel em Direito,Universidade Católica Dom Bosco – UCDB (1998); Bacharel em Ciências Econômicas, UFMS (1999); Especialista em Agente de Difusão e Inovação Tecnológica, UFMS (2001); Mestre em Agronegócio pelo consórcio UFMS, UFG e UnB (2005); Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela UNISC (em curso).
Gustavo de Oliveira Aggio	Bacharel em Ciências Econômicas, USP (2005); Mestre em Ciências Econômicas, UNICAMP (2008); Doutor em Ciências Econômicas, UNICAMP (2011).
João Garibaldi Almeida Viana	Bacharel em Zootecnia, UFSM (2005); Mestre em Extensão Rural, UFSM (2008); Doutor em Agronegócios, UFRGS (2012).
Kalinca Léia Becker	Bacharel em Ciências Econômicas, UFSM (2007); Mestre em Economia Aplicada, ESALQ-USP (2009); Doutora em Economia Aplicada, ESALQ-USP (2012).
Kamilla Raquel Rizzi	Licenciada em História, UFRGS (2003); Mestre em Relações Internacionais, UFRGS (2005); Doutora em Ciência Política, UFRGS (2012).
Margarete Leniza L. Gonçalves	Bacharel em Ciências Econômicas, UFSM (2006); Mestre em Economia, PUCRS (2010).

Mauro Barcelos Sopeña	Bacharel em Ciências Econômicas, UCPel (1994); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA (1997); Doutorando em Extensão Rural, UFSM (em curso).
Patricia E. dos Santos Roncato	Bacharel em Economia, Unijui (2004); Especialista em Gestão Financeira, Unijui (2006); Mestre em Desenvolvimento, Unijui (2009).
Rafael Balardin	Bacharel em História, UFRGS (2002); Mestre em Relações Internacionais, UFRGS (2005); Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS (em curso).
Rafael Camargo Ferraz	Bacharel em Matemática, URI (2007); Mestre em Geomática, UFSM (2010); Doutor em Engenharia Agrícola, UFSM (2013).
Ricardo Gonçalves Severo	Bacharel em Ciências Sociais, UFPel (2005); Licenciado em Ciências Sociais, UFPel (2008); Mestre em Ciências Sociais, UFPel (2008); Doutor em Ciências Sociais, PUCRS (2014).
Thadeu José Francisco Ramos	Bacharel em Ciências Econômicas, Fundação Educacional de São Gabriel (1980); Especialista em Economia Regional e Urbana, Fundação Educacional de São Gabriel (1987); Especialista em Ciências Contábeis, FGV (1995); Mestre em Administração, UFRGS (2001).

3.2. CORPO DISCENTE

A seleção unificada (SISU via ENEM) possibilita o ingresso de discentes de todo o país no curso de Ciências Econômicas. Nesse sentido, as ações da Universidade são amplas para possibilitar a esses estudantes acompanhamento e assistência estudantil que refletem a preocupação com a promoção da permanência dos alunos no curso.

Essas questões fazem parte do Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNI-PAMPA, proposto aos discentes desde o ingresso na universidade até sua conclusão, com uma estrutura centrada em três eixos: acolhimento, permanência e acompanhamento.

Nesse sentido, os estudantes que tem interesse no curso de Ciências Econômicas podem optar por ingressar através do “Programa de Ações Afirmativas” (vagas reservadas para indígenas, estudantes com deficiência, afrodescendentes e alunos oriundos de escola pública). Esse tipo de ingresso assegura e amplia o acesso democrático à educação com o compromisso de uma instituição social, plural e de natureza laica.

O curso também conta com o Programa de Apoio a Instalação Estudantil para alunos em vulnerabilidade socioeconômica. É uma concessão de auxílio financeiro, em única parcela para auxiliar nas despesas relacionadas à instalação do estudante vindo de localidades distantes da unidade acadêmica.

Como política da universidade, o curso se preocupa com o acolhimento dos ingressantes organizando, no período de ingresso, o “Projeto de Acolhida” juntamente com a equipe da Coordenação Acadêmica. O perfil da turma ingressante é definido através de pesquisa aplica-

da pelo NuDE. O levantamento destes dados e informações, uma vez compilados e interpretados, permite que a Coordenação do curso tenha conhecimento da realidade socioeconômica dos acadêmicos, possibilitando o planejamento de ações que promovam o exercício pleno da cidadania no contexto universitário.

Aos discentes são oferecidos outros programas da Assistência Estudantil. O Programa Bolsas de Permanência – PBP é a concessão de bolsas aos estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em situação de vulnerabilidade socioeconômica para se prevenir a evasão. Os recursos do PBP estão distribuídos em modalidades: Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte.

O Programa de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico – PBDA objetiva incentivar a inserção dos estudantes nas atividades acadêmicas contando com a concessão de bolsas para atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Acadêmica a partir de seleção e classificação em edital anual.

O Programa de Educação Tutorial – PET tem por objetivo desenvolver atividades em padrões de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar.

Além do mais, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) oferece oportunidade de os alunos solicitarem auxílios financeiros emergenciais, bem como de apoio para a participação em eventos com apresentação de trabalho.

Por outro lado, os acadêmicos contam (anualmente) com o SIEPE- Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, que tem por objetivos: ampliar, potencializar e disseminar pesquisas acadêmicas, oficinas de áreas do conhecimento e integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa a UNIPAMPA, fomentando e fortalecendo a interação e a cooperação dos povos do MERCOSUL.

Além disso, os estudantes de Ciências Econômicas podem participar, anualmente, do Encontro de Discentes da UNIPAMPA –EDIUNI. O evento acontece nos *campi* da instituição e surgiu em 2008 a partir da necessidade de unir acadêmicos para pautar as dificuldades do Movimento Estudantil como prática salutar de inserção acadêmica e política no âmbito da universidade.

Sobre o acompanhamento dos estudantes, o NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional realiza os levantamentos de dados e informações que colaboram para a gestão do curso como, por exemplo, os índices de aproveitamento nas disciplinas como elemento que possibilita a discussão de práticas pedagógicas e de avaliação. Além disso, o NuDE atende os acadêmicos com necessidades especiais e problemas de aprendizagem e faz a identificação e

apoio aos alunos em vulnerabilidade econômica e familiar, promovendo o encaminhamento aos setores municipais responsáveis em casos mais graves de atendimento.

Referente aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, em cada *campus*, os Núcleos de Desenvolvimento Educacional e as Comissões de Acessibilidade constituem-se como extensões do NInA - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade que tem como objetivo promover uma educação inclusiva que garanta ao aluno com deficiência e com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o exercício pleno da cidadania na UNIPAMPA. Sendo assim, os estudantes do curso contam com o atendimento educacional especializado (AEE), adequado ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência durante seu percurso acadêmico.

3.3. INFRAESTRUTURA

O curso está sediado nas instalações do *campus* Santana do Livramento. O prédio onde se encontra instalado o *campus* conta com uma área construída de 4.214,00m², em um terreno de superfície de 5.529,17m². Possui salas de aula, auditório para 350 pessoas, laboratórios, biblioteca e espaços para os setores administrativos. Conta ainda, com um ginásio de esportes com uma área construída de 1.283,40m². As salas têm 57m² de área e estão equipadas com quadro branco, 50 cadeiras com braço, aparelho de ar condicionado e data show.

O curso ainda conta com o Laboratório de Informática, Biblioteca, Sala de Multimeios e Salão de Atos. O Laboratório de Informática contém quadro branco, 18 computadores em pleno funcionamento e está sob o controle da Coordenação Acadêmica, a qual tem 03 discentes beneficiados com bolsas-trabalho que são encarregados de sua manutenção. A dimensão deste laboratório é de 53m² e está equipado com 02 aparelhos de climatização.

A biblioteca dispõe de livros a disposição dos discentes, de acordo com o regulamento das bibliotecas da universidade. O acervo é crescente, e em março de 2012 era composto por 1.295 obras e 5.633 exemplares, em sua maioria na área de Ciências Sociais Aplicadas. Além disso, há 13 títulos de periódicos e acesso ao Portal de Periódicos CAPES.

A sala de multimeios tem um computador, *datashow*, tela de projeção e quadro branco. Esta sala tem capacidade para 50 discentes e sua área total é de 53,04m². Localizado no terceiro andar do prédio e com capacidade para 400 pessoas, o Salão de Atos possui área de 275,30m². Possui *datashow*, tela de projeção, aparelho de sonorização, bem como microfones com e sem fios. Ainda conta com palco de uma área de 46,95m².

As salas de docentes estão distribuídas no terceiro pavimento do prédio. Cada uma com uma área de 11,84m². Ao todo são 11 salas para cada dois ou três docentes.

4. AVALIAÇÃO

De acordo com o PI (2009), a avaliação é parte constitutiva do sistema e tem papel de acompanhar o desenvolvimento da proposta institucional de forma permanente. A concepção adotada vai ao encontro da proposta do SINAES.

Cada instituição tem sua história e constrói concretamente suas formas e conteúdos próprios que devem ser respeitados. No desenho da regulação e da avaliação, cada instituição deveria submeter-se ao cumprimento das normas oficiais e aos critérios, indicadores e procedimentos gerais, porém, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos (BRASIL. MEC. SINAES, 2009, s/p).

Dessa forma, o planejamento e a avaliação da universidade serão pautados pelos seguintes princípios:

- 1 Planeja e avalia quem faz, entendido que os atos de planejar e avaliar cabem a quem tem capacidade de decidir e a responsabilidade de conduzir e implementar o que foi planejado;
- 2 Participativo, entendido como um processo no qual as ações de pensar e fazer são compartilhadas pela comunidade universitária;
- 3 Descentralizado, entendido que todos os atores, a partir de seus papéis e balizados pelas definições amplas da instituição, devem definir seus objetivos e metas;
- 4 Planejamento e avaliação como processos indissociáveis, entendido que o mesmo ato define o projeto e seu sistema de acompanhamento;
- 5 Planejamento e avaliação como processos pedagógicos contínuos, entendido que o projeto requer sistemático aprendizado da situação de modo a ajustar as ações para o alcance dos objetivos almejados;
- 6 Avaliação do desempenho funcional dos servidores como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários (PI, 2009).

A partir do citado, os envolvidos no curso de Ciências Econômicas entendem como fundamentais os cinco primeiros princípios para a gestão do mesmo. Para tanto, o curso conta com a CPA – Comissão Própria de Avaliação, a qual ainda está em estruturação, mas já oferece orientações e acompanhamento ao trabalho realizado.

A Comissão Própria de Avaliação da UNIPAMPA foi constituída pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando suas características *multicampi*, a CPA da UNIPAMPA é constituída por:

- I – Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada *campus* da UNIPAMPA;
- II – Comissão Central de Avaliação (CCA/UNIPAMPA).

A CCA é uma organização de representantes de todas as CLAs e tem como atribuições elaborar o projeto de autoavaliação institucional; promover uma cultura avaliativa; coordenar procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação; acompanhar e orientar o processo de avaliação; desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com

vistas a aperfeiçoar o projeto de avaliação institucional, apresentando-as a administração e ao Conselho Universitário; elaborar e apresentar relatórios; prestar informações ao INEP e prestar informações solicitadas.

Já as CLAs são as comissões que trabalham nos *campi* da instituição. Sendo assim, cada *campus* possui a sua Comissão Local e tem como atribuições: sensibilizar a comunidade acadêmica; desenvolver os processos de autoavaliação; organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades e sistematizar e prestar informações solicitadas pela CCA. Nos *campi* são compostos por: um representante docente, um técnico administrativo, um discente e um membro da sociedade civil. No *campus* Santana do Livramento, a composição da CLA é a seguinte: Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt, como representante dos docentes; Nilza Mara Pereira, como representante dos técnicos administrativos; Vinícius Lerina Fialho, como representante dos discentes; Cláudio Ribeiro Pedroso, como representante da sociedade civil.

Ao final de cada semestre, no *campus* Santana do Livramento é aplicada a autoavaliação do curso. A mesma consiste em um instrumento de pesquisa disponibilizado aos estudantes no laboratório de informática. Essa investigação refere-se a avaliação das disciplinas ministradas no período, bem como a postura individual de cada docente. Além disso, o estudante tem a oportunidade de avaliar o curso, o coordenador e alguns setores do *campus* (direção, coordenação acadêmica). Há uma questão aberta em que o aluno poderá expor suas críticas e sugestões.

Esse trabalho colabora para a gestão do curso de Ciências Econômicas e para a reflexão dos profissionais que atuam no mesmo, buscando sempre a melhoria e a qualidade da educação oferecida. Os dados coletados na pesquisa subsidiam reuniões pedagógicas no *campus*.

Referente às evasões que ocorrem, é realizado levantamento dos alunos evadidos no Curso e enviado a eles, por e-mail, formulário de pesquisa “Formulário de controle de evasão”. Os dados coletados informam à gestão de Ciências Econômicas os motivos que levaram o discente a desistir da vaga que ocupava no curso. A partir desse estudo, tem-se o panorama de perfil dos evadidos, modalidade de evasão (reopção, abandono, transferência), bem como o levantamento da influência de aspectos internos e externos da universidade nas causas da evasão. Além disso, o evadido tem a oportunidade de responder questões abertas referente ao que esperava do curso, dar sugestões, responder se estudaria novamente na instituição e por que, enfim, esclarecer as causas de sua saída do curso. Com estes dados a coordenação poderá autoavaliar o trabalho do curso e realizar modificações e reflexões junto à comunidade acadêmica, caso seja necessário.

O curso de Ciências Econômicas também pretende utilizar o resultado do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, para avaliar o rendimento dos alunos ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos do curso os quais embasam a formação desejada. Ainda não houve a oportunidade de participação no exame, porém, assim que houver, o resultado será utilizado como norteador da adequação do PPC do curso.

Colaborando com a gestão do curso, o NuDE do *campus* possui um projeto chamado “Perfil do Aluno Egresso”, o qual ainda não foi aplicado ao nosso curso em função de que até o segundo semestre letivo de 2012 ainda não tivemos turmas de formandos. Porém, é uma pesquisa que irá auxiliar na autoavaliação do curso no momento que teremos o retorno dos concluintes. Questões referentes a formação geral e específica do estudante são contempladas no instrumento de pesquisa. Por exemplo, qual o conhecimento que o formando possui de informática, língua estrangeira e se a atividade acadêmica teve influência nesse conhecimento, informações referentes ao oferecimento por parte do curso e a participação do estudante em atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuições do curso sobre aspectos humanísticos, como ética e criticidade, avaliação do curso, dos docentes e do currículo, além de críticas e sugestões. Enfim, essa pesquisa também auxiliará o curso de Ciências Econômicas na sua autoavaliação.

Além do já citado, as atividades didático pedagógicas são planejadas e avaliadas em reuniões convocadas para tal fim. Nestas reuniões são chamados, além dos docentes pertencentes à Comissão de curso e ao NDE, outros professores que estejam em atividade no curso.

Enfim, a avaliação institucional, assim, integra, o Projeto Institucional e destina-se a acompanhá-lo, descobrindo avanços, dificuldades e potencialidades no decorrer do tempo, permitindo a contínua adequação às responsabilidades da instituição.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2020. **Três novos parques eólicos para o Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.agenda2020.org.br/integra-noticia.php?id=643>>. Acesso em: 20/05/2009.
- ANASTASIOU, L. das G. C. Propostas curriculares em questão: saberes docentes e trajetórias de formação. In: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papyrus, 2007.
- ANASTASIOU, L. das G. C. **O papel da formação pedagógica do docente para efetivação de uma mudança curricular**. Paraná: USPRP, 2010. (Palestra).
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. Introdução. In BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo, SP: Editora 34, 1995.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 11 de março de 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE 380/2005**, de 06/11/2005.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE 184/2006**, de 07/07/2006.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 2**, de 18 de junho de 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 4**, de 13 de julho de 2007.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Resumo Estatístico RS - Municípios - Santana do Livramento**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santana+do+Livramento>. Acesso em: 21/02/2013.
- GUTIERREZ-BOTTARO, S. E. El fenómeno del bilingüismo en la comunidad fronteriza uruguayo-brasileña de Rivera. In **Proceedings of the 2. Congreso Brasileño de Hispanistas**. São Paulo: São Paulo. 2002
- MARCHIORO, D. F. Z.; NEDEL, D. L.; VOSS, D. M. S.; KAKUNO, E. M.; FONSECA, G. D.; NEGRÃO, M. M. R.; IRALA, V. B.; FERREIRA, V. L. D.. A UNIPAMPA no contexto atual da educação superior. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 12, n. 4, p. 703-717, dez. 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução MEC nº 07**, de 29/03/2006.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política nacional de desenvolvimento regional: construindo um Brasil de todas as regiões**. Brasília: MIN, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programas de desenvolvimento regional**. Brasília: MIN, 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **PROMESO: mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=55ad7cc0-c050-4a56-af51-52f638f47b08&groupId=10157>. Acesso em: 21/02/2013.

SOUZA, N. J. O Economista: A História da Profissão no Brasil. **Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 377-383, 2006.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior**: projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

ANEXO I

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES **DE GRADUAÇÃO - ACGs**

Art. 1º. Tipos de atividades complementares que poderão ser validadas na Comissão de curso:

- (a) Eventos:** Congressos, Simpósios, Módulos Temáticos (grupos de estudos), Palestras, Oficinas, Encontros;
- (b) Monitoria:** A monitoria é entendida como iniciação docente, acompanhada do professor titular da turma ou da disciplina;
- (c) Projetos de extensão:** A participação dos acadêmicos em projetos de extensão será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição;
- (d) Iniciação científica:** Considera-se como Iniciação Científica a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa que estejam em desenvolvimento na Universidade, ligados à área de estudos do curso, sob a responsabilidade de um professor-pesquisador, que tenha o projeto aprovado pelos órgãos competentes na instituição;
- (e) Pesquisa:** Livros, artigos, resumos, apostilas, palestras, obtenção de prêmios, registro de patentes, participação em eventos na condição de membro organizador e demais atividades desta natureza. Participação em projetos de pesquisa será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição;
- (f) Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão:** Cursos de Língua Estrangeira, bancas (assistência a bancas: graduação e pós-graduação), estágios não obrigatórios, trabalhos voluntários de assistência à comunidade, material de cunho artístico.

Art 2º. As ACGs são orientadas pela Resolução No. 29/2011, regulamento basilar e normativo da universidade indica que o aluno deverá possuir o mínimo de 10% do total de horas de ACGs em cada uma das seguintes atividades: ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão.

Art. 3º. O conjunto de atividades complementares de graduação deverá incorporar ainda, atividades de prática profissional, sejam elas relacionadas à pesquisa econômica, análise de organizações, tratamento de dados ou análise conjuntural. Estas atividades estarão sujeitas ao descrito no artigo 1º deste regulamento.

Art 4º. A sequência para o **registro das atividades será a seguinte:**

- (a) entrega dos documentos comprobatórios da realização das atividades na Secretaria Acadêmica do curso que protocolará e organizará o processo de pedido do aluno;
- (b) encaminhamento do processo à Coordenação do curso;
- (c) avaliação das atividades pela Comissão de curso;
- (d) aprovação (ou não) das atividades pela Comissão de curso;
- (e) as atividades aprovadas deverão ser encaminhadas na forma de documento para Secretaria Acadêmica visando o registro no histórico do aluno;
- (f) atividades rejeitadas deverão ser indicadas pela Comissão de curso ao aluno (incluindo motivo da rejeição).

Art 5º. O **registro da carga horária** em ACGs se dará da seguinte forma: todas as atividades serão computadas pela sua carga horária registrada no documento que a comprova, considerando os seguintes valores atribuídos conforme demonstrado abaixo:

Quadro 7: Registro de carga horária para ACGs

Atividade	Horas
Ensino	Mínimo de 24 horas (10% do total)
Pesquisa	Mínimo de 24 horas (10% do total)
Extensão	Mínimo de 24 horas (10% do total)
Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão	Mínimo de 24 horas (10% do total)

Disposições gerais:

- (a) atividades realizadas pelo discente que não estejam previstas especificamente poderão ser avaliadas e validadas como atividade complementar, caso a Comissão de curso julgue a solicitação pertinente;
- (b) o discente será orientado a realizar as Atividades Complementares ao longo do curso, a partir do 1º semestre, satisfazendo suas exigências, progressivamente, de modo a evitar o acúmulo da carga horária total para o final do curso;
- (c) somente serão reconhecidas e validadas as atividades realizadas após o ingresso no curso.
- (d) no caso de alunos que ingressaram por processo seletivo complementar, transferência compulsória e matrícula institucional de cortesia, as atividades complementares poderão ser

validadas desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o estudante estava realizando o curso na instituição de origem.

(e) discentes afastados da Universidade por trancamento de matrícula ou abandono de curso, poderão ter contabilizadas as Atividades Complementares realizadas nesse intervalo. Casos omissos serão avaliados pela Comissão de curso.

ANEXO II

NORMAS DE TCC I E TCC II

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 - O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão do Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão do Curso II (TCC II) do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Art. 2 - O Trabalho de Conclusão do Curso consiste em um componente curricular obrigatório a ser realizado na forma de Monografia, ou seja, trabalho de pesquisa individual, sob orientação docente, envolvendo temas de abrangência da área de Ciências econômicas. Os objetivos gerais da Monografia são os de propiciar aos alunos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica na área de Ciências Econômicas.

Art. 3 - O componente curricular de TCC I será ofertado sob responsabilidade de um docente do *campus*, ocasião em que o aluno produzirá seu projeto de trabalho de conclusão do curso. O docente responsável pelo componente curricular ministrará aulas de técnicas de pesquisa em economia. Esse docente coordenará o estabelecimento da relação orientador-orientando.

Art. 4 - O componente curricular de TCC II será ofertado sob a responsabilidade de um docente do *campus*. Nesse componente o aluno executará seu projeto de trabalho de conclusão do curso. A orientação dos alunos será realizada por docentes do *campus* dentro de sua especialidade. Caberá ao docente responsável lidar com questões relativas a prazos que orientador e orientando devem cumprir.

CAPÍTULO II

DOS PRÉ-REQUISITOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE TCC I e TCC II

Art. 5 – Poderá matricular-se no componente curricular de TCC I, o aluno que tiver concluído os seguintes componentes, com aprovação: Microeconomia III, Macroeconomia III e Econometria II.

Parágrafo Primeiro – O não cumprimento desses requisitos constitui motivo para cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular;

Parágrafo Segundo – A aprovação no componente curricular TCC I constitui-se em pré-requisito para cursar o componente de TCC II.

Art. 6 – A matrícula no componente curricular de TCC II atribui ao aluno o direito de escrever e defender sua monografia, conforme calendário estabelecido semestralmente pelo professor responsável.

CAPÍTULO III

DO COMPONENTE CURRICULAR DE TCC I

Art. 7 - O objetivo do TCC I é elaborar um projeto de pesquisa voltado para o estudo de um a problemática relacionada às Ciências Econômicas e/ou ciências sociais aplicadas desde que devidamente justificada a relação com o curso de graduação.

Parágrafo único – O TCC I será ofertado presencialmente, com carga de 180 horas-aula, sempre sob a responsabilidade de um professor do *campus*. A escolha do professor orientador da monografia ocorrerá a partir de afinidade teórico metodológica. O professor que assumirá a orientação deve assinar um termo de responsabilidade sobre a sua atuação como orientador (Anexo I). O termo de responsabilidade deve ser demandado pelo o professor responsável pelo componente curricular de TCC I.

Art. 8 - O aluno deve elaborar seu projeto de monografia de acordo com este Regulamento e com as recomendações do seu orientador, apresentando-o juntamente com o cronograma de execução.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto de monografia deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre documentação.

Art. 9 - A estrutura básica do projeto de monografia compõe-se de:

I Sumário

II Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa);

III Objeto (tema, delimitação do tema, formulação do problema, definições de hipóteses);

IV Justificativa;

V Objetivos: Gerais e Específicos;

VI Embasamento Teórico;

VII Metodologia (método de abordagem e procedimento);

VIII Estrutura da Monografia (Sumário Provisório)

IX Cronograma de Atividades;

X Bibliografia.

Art. 10 - O projeto de monografia deve ser entregue ao professor responsável de TCC I, assinado pelo orientando e pelo orientador responsável, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência ao término do semestre letivo ou conforme calendário acadêmico, para conhecimento e controle da secretaria da coordenação do curso.

Art. 11 - A nota final do aluno no componente curricular de TCC I será composta pela média aritmética simples da nota do professor do componente, nota do orientador do projeto e pela nota de um terceiro parecerista, também docente. Os avaliadores do projeto devem atribuir a sua nota de acordo com fichas de avaliação individuais, elaboradas pela Coordenação da disciplina, onde o professor apõe suas notas para cada item a ser considerado.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR DE TCC II

Art. 12 - A monografia deve ser elaborada considerando-se:

I – na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT.

II – no seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área de Ciências econômicas.

Art. 13 – Para a matrícula no componente curricular de TCC II, o aluno deverá ter obtido aprovação no componente de TCC I.

Art. 14 – O aluno deverá entregar a primeira versão completa da monografia ao professor orientador até 1 (um) mês antes do prazo fixado no calendário acadêmico da UNIPAMPA para o término do respectivo semestre.

Parágrafo primeiro – O professor orientador terá o prazo de uma semana, a partir do recebimento da monografia, para avaliar a sua primeira versão e fazer observações e sugestões pertinentes ao conteúdo e forma para serem incluídas na versão definitiva.

Parágrafo segundo – O aluno deverá entregar ao professor responsável pelo componente curricular de TCC II, 3 (três) cópias encadernadas em espiral da versão definitiva da monografia e versão digital até o último dia fixado pela professor dentro do Calendário Acadêmico. A entrega deverá ser acompanhada de uma carta padrão com a expressão “apto para a defesa”.

Art. 15 - A estrutura da Monografia compõe-se de:

- I Capa
- II Folha de rosto
- III Termo ou folha de aprovação
- IV Dedicatórias (opcional)
- V Agradecimentos
- VI Epígrafe (opcional)
- VII Lista de ilustrações (quando for o caso)
- VIII Lista de tabelas (quando for o caso)
- IX Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso)
- X Lista de símbolos (quando for o caso)
- XI Sumário;
- XII Introdução;
- XIII Desenvolvimento do trabalho (capítulos);
- XIV Conclusão;
- XV Referências bibliográficas;
- XVI Glossário (quando for o caso)
- XVII Apêndices (quando for o caso)
- XVIII Anexos (quando for o caso)
- XIX Índices (quando for o caso)
- XX Capa final.

CAPÍTULO V

DO TCC II E SUA BANCA EXAMINADORA

Art. 16 – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do aluno (nota final) em TCC II será constituído por uma comissão avaliadora compostas de 3 (três) professores. A comissão arbitrar a nota como a média aritmética simples das notas dos três membros da banca. Os avaliadores do projeto devem atribuir a sua nota de acordo com fichas de avaliação individuais, elaboradas pela Coordenação da disciplina, onde o professor apõe suas notas para cada item a ser considerado.

Art. 17 – As sessões de defesa da monografia são públicas.

Parágrafo único – Não é permitido aos membros das comissões avaliadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Art. 18 – Cabe ao professor orientador sugerir a composição da comissão avaliadora. O professor orientador submeterá a composição da banca a uma comissão composta por um membro da coordenação do curso, o professor do componente curricular TCC II e pelo menos mais um docente. Cabe a tal comissão autorizar e designar a comissão avaliadora.

Parágrafo único – O professor responsável de TCC II lidará com a coordenação dos trâmites, como elaboração de calendários de bancas e finalizações do componente curricular.

Art. 19 – Ao término da data limite para entrega das cópias da monografia, o professor responsável pelo TCC II deverá divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local e as salas destinadas à realização das defesas.

Parágrafo primeiro – Quando não for entregue no prazo estabelecido, caberá ao professor responsável pelo componente curricular de TCC II analisar a relevância ou não do motivo apresentado pelo aluno.

Parágrafo segundo – Comprovada a existência de justo motivo pelo professor responsável de TCC II e com o consentimento do professor orientador, poderá ser estabelecida data específica para a defesa no mesmo semestre letivo.

Art. 20 – Na defesa, o aluno terá até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por mais cinco a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada componente da banca examinadora terá até 15 (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o aluno de outros 25 (vinte e cinco) minutos para responder a todos os examinadores.

Art. 21 – A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição em seção fechada, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

Parágrafo primeiro – Será considerado aprovado, no componente curricular TCC II, o aluno que receber nota igual ou superior a 6,0 (seis).

Parágrafo segundo – Para os alunos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá exame de recuperação, isto é, o aluno que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) cursará novamente o componente curricular TCC II.

Art. 22 – A banca examinadora após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos da sua monografia.

Parágrafo único – O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 10 (dez) dias corridos, podendo ser inferior a critério da banca examinadora.

Art. 23 – O aluno que não entregar a monografia, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado no TCC II.

Art. 24 – Em caso de reprovação o aluno poderá recorrer a Coordenação do curso de Ciências Econômicas, no prazo de 48 horas, contados da data de publicação do resultado. O Coordenador do curso de Ciências Econômicas deve convocar uma reunião extraordinária da Comissão do curso de Ciências Econômicas para que ocorra uma deliberação sobre o recurso.

Parágrafo primeiro – Caso o recurso de aluno seja aceito pela Comissão do curso de Ciências Econômicas, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por 3 (três) professores distintos dos componentes da banca examinadora e, preferencialmente, da área de concentração do trabalho.

Parágrafo segundo – A comissão revisora terá três dias para apresentar julgamento da revisão da nota.

Parágrafo terceiro - Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema e com o mesmo orientador.

Parágrafo quarto - Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar o processo de elaboração do projeto, ficando previsto o prazo limite de até 15 dias após o início do próximo semestre letivo para apresentar o novo projeto ao professor responsável pelo componente curricular de TCC II e à coordenação de curso. Essa mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo;

II - existir a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo.

III - haver a aprovação do (novo) docente orientador;

Parágrafo único. Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

Art. 25 – Ao aluno cuja monografia tenha sido reprovada, é vedada a defesa da mesma ou de novo trabalho, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 26 – A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas.

Parágrafo primeiro – Pode fazer parte da comissão avaliadora um membro escolhido entre os professores de outros cursos da UNIPAMPA ou de outras instituições de nível superior.

Parágrafo segundo – Quando da designação da comissão avaliadora deve também ser indicado um membro suplente.

Art. 27 – A comissão avaliadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros

presentes.

Parágrafo único – Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, o professor responsável pelo componente curricular TCC II deve comunicar, por escrito, ao Coordenador do curso de Ciências Econômicas.

Art. 28 – Todos os professores do curso de Ciências Econômicas da UNIPAMPA podem ser orientadores de monografia, bem como para participar das bancas examinadoras.

Parágrafo único – Deve-se, sempre que possível, evitar um número superior a 5 (cinco) alunos por orientador.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 – Os casos de plágio comprovado incorrerão em reprovação imediata do aluno, sendo passíveis de punições e processo interno, dependendo do nível apresentado.

Art. 30 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão solucionados pelo professor do componente curricular, coordenador do curso e pela Comissão do curso de Ciências Econômicas.

Art. 31 - Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pela Comissão do curso de Ciências Econômicas.